

PROCESSO IBAMA 02022.003208/2006-51

Linha de Ação A
Projeto Redes de Cidadania
DIAGNÓSTICO DA COMUNIDADE DE
CONCEIÇÃO DA BARRA



Setembro de 2021

E&P



UNIVERSIDADE
VILA VELHA
ESPÍRITO SANTO



REDES
DE
CIDADANIA



PETROBRAS

Linha de Ação A

Projeto Redes de Cidadania

DIAGNÓSTICO DA COMUNIDADE DE

CONCEIÇÃO DA BARRA

Setembro de 2021



PETROBRAS



UNIVERSIDADE
VILA VELHA
ESPIRITO SANTO

E&P

Catálogo na publicação elaborada pela Biblioteca Central / UVV-ES

D537 Diagnóstico da comunidade de Conceição da Barra / Giovanilton André Carretta Ferreira, Augusto Cesar Salomão Mozine, Viviane Mozine Rodrigues, [coordenação] - Vila Velha : SEGEX, 2021.

65p. : il. (Coleção Redes de Cidadania)

Publicação digitalizada – PDF.

Linha de ação A.

Projeto Redes de Cidadania.

ISBN: 978-65-996086-3-6

1. Educação ambiental. 2. Pesca artesanal – Conceição da Barra. 3. Política social. 4. Cultura popular. I. Ferreira, Giovanilton André Carretta. II. Mozine, Augusto Cesar Salomão. III. Rodrigues, Viviane Mozine. IV. Título. V. Série.

CDD 363.70071

A Coleção Redes de Cidadania foi financiada pelo PEA-Redes de Cidadania, que integra o Programa de Educação Ambiental regulado pela Nota Técnica CGPEG/DILIC/Ibama 01 de 2010, sendo caracterizado como medida de mitigação exigida pelo processo de licenciamento ambiental federal, conduzido pelo Ibama e formalizado por meio do convênio 5400.0107359.18.4 firmado entre a Universidade Vila Velha UVV-ES e a Petrobras.

Realização:

Universidade Vila Velha

Convênio:

Petrobras

Reitor:

Heraclito Amancio Pereira Junior

Petrobras:

Unidade de Negócios do Espírito Santo - UN-ES

Vice-reitor:

Rafael da Silva Galveas Oliveira

Gerente Setorial de Pós Licença e Conformidade Ambiental para Atividades de E&P em Águas Profundas:

Cristina Guerreiro de Meneses

Pró-reitora Acadêmica:

Leda Maria Couto Nogueira

Equipe Técnica de Socioeconomia:

Gisele Medice Roriz Milanezi

Pró-reitora de Pós-graduação Pesquisa e

Extensão:

Denise Coutinho Endringer

Nelson Orasmo Filho

Angélica Gering Gabrecht Oliveira (ACV Tecline)

Superintendente:

Edson Franco Imaginário

Fabiana Florentino Morini (ACV Tecline)

**Grupo de Pesquisa em Ecologia Política e Governança Ambiental-EcoPol
PEA-Redes de Cidadania**

Coordenadora Geral:

Viviane Mozine Rodrigues

Coordenador Institucional:

Augusto Cesar Salomão Mozine

Assessoria Pedagógica:

George Bassul Areias

Assessoria de Produção de Conteúdo

Renata Cristina Pinto Pazzini

Gerência de Campo:

Rosangela Pinto Rezende Sette

Coleção Científica Redes de Cidadania

Conselho Científico:

Antonio Carlos Sant'Ana Diegues (Universidade de São Paulo)	Gilton Luís Ferreira (Universidade Federal do Espírito Santo)
Augusto Cesar Salomão Mozine (Universidade Vila Velha)	Giovanilton André Carretta Ferreira (Universidade Vila Velha)
Carlos Frederico Bernardo Loureiro (Universidade Federal do Rio de Janeiro)	Lucia Maria Machado Bógus (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)
David Baião Nemer (University of Virginia)	Luiz Fernando Oliveira Fontes (Universidade do Minho)
Elaine Harada Teixeira (Universidade Federal do Amazonas)	Manuela Vieira Blanc (Universidade Federal do Espírito Santo)
Elisa Antônia Ribeiro (Instituto Federal do Triângulo Mineiro)	Maria Manuela dos Reis Martins (Universidade do Minho)
Flavia Donadelli (Victoria University of Wellington)	Maria do Carmo Franco Ribeiro (Universidade do Minho)
Fernanda Magalhães (Universidade do Minho)	Renan Lubanco Assis (Universidade Vila Velha)
Jorge da Silva Macaísta Malheiros (Universidade de Lisboa)	Tatiana Walter (Universidade Federal do Rio Grande)
José Luiz Gonçalves Moreira da Silva Zêzere (Universidade de Lisboa)	Tiago Miguel D'Ávila Martins Freitas (EASME-European Commission)
José Manuel Mendes (Universidade de Coimbra)	Thiago Silva Soares (Herpeto Capixaba)
Geraldo Márcio Timóteo (Universidade Estadual do Norte Fluminense)	Viviane Mozine Rodrigues (Universidade Vila Velha)

Conselho Técnico:

Maria Angela Rosa Soares
Renata Cristina Pinto Pazzini
Vinicius Francisco Marchese

Secretaria Executiva:

Daniel Lopes Celante

Responsáveis Técnicos:

Coordenação:

Giovanilton André Carretta Ferreira

Augusto Cesar Salomão Mozine

Viviane Mozine Rodrigues

Pesquisadores:

Renan Lubanco Assis

Maria Angela Rosa Soares

Marcus Vinícius Oliveira Sartório

Roberto Cabral Junior

Técnicos:

André Vianna Nascimento

Carolina Erler Mozzer

Katrinny de Mello Anjos

Rafael Moulin Pimenta

Revisão:

Augusto Cesar Salomão Mozine

Maria Angela Rosa Soares

Marcus Vinícius Oliveira Sartório

Diagramação:

Roberto Cabral Junior

Maria Angela Rosa Soares

Imagens/Arte:

Marcus Vinícius Oliveira Sartório

Roberto Cabral Junior

Rafael Moulin Pimenta

Apoio:

Daniel Lopes Celante

Elias Alves dos Santos

Pauliana Pereira da Silva

Rafael Rebeque de Brito Grijó Rosa

Victor Dorsh Vieira

SUMÁRIO

I	INTRODUÇÃO	9
II	METODOLOGIA	15
III	CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE PESQUEIRA	20
III.1	Localização e acesso à comunidade	20
III.2	Instituições representativas da pesca	23
III.3	Locais de embarque e desembarque pesqueiro	24
IV	CARACTERIZAÇÃO DA PESCA	24
IV.1	Áreas de atuação da atividade pesqueira	25
IV.2	Carreira da pesca.....	25
IV.3	Técnicas e petrechos de pesca	28
V	ASPECTOS TERRITORIAIS E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E URBANOS	29
V.1	Histórico de formação e evolução urbana/territorial	29
V.2	Principais conflitos de uso e ocupação do solo relacionados a atividade pesqueira	37
V.3	Principais conflitos socioambientais relacionados a atividade pesqueira	38
VI	ASPECTOS CULTURAIS DA COMUNIDADE	41
VI.1	Caracterização sociocultural	41
VI.2	Principais Patrimônios culturais	43
VII	RELAÇÕES SOCIOPOLÍTICAS DA COMUNIDADE PESQUEIRA	45
VIII	REFERÊNCIAS	48
IX	APÊNDICES	51

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de localização e uso do solo da comunidade de Conceição da Barra	20
Figura 2 - Localização da Área de Proteção Ambiental de Conceição da Barra	21
Figura 3 - Principais rodovias e acessos à comunidade de Conceição da Barra	22
Figura 4 – Camaroeiro.....	26
Figura 5 - Barco de Convés e Casaria	26
Figura 6 - Bote de Rio	27
Figura 7 - Botes de Pesca Marítima	28
Figura 8 - Mapa de evolução urbana de Conceição da Barra. Ano de 1985 ...	31
Figura 9 - Mapa de evolução urbana de Conceição da Barra. Ano de 1995 ...	32
Figura 10 - Mapa de evolução urbana de Conceição da Barra. Ano de 2005 .	32
Figura 11 - Mapa de evolução urbana de Conceição da Barra. Ano de 2012 .	33
Figura 12 - Mapa de evolução urbana de Conceição da Barra. Ano de 2012 .	33
Figura 13 - Transformações na Bugia. Ano de 2004	34
Figura 14 - Transformações na Bugia. Ano de 2009	35
Figura 15 - Transformações na Bugia. Ano de 2011	35
Figura 16 - Transformações na Bugia. Ano de 2019	36
Figura 17 - Imagem aérea da comunidade de Conceição da Barra	39
Figura 18 - Lixo e manilha despejando esgoto às margens do manguezal.....	40
Figura 19 – Blocos de rocha no quebra-mar na foz do rio Cricaré	41

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Planos de Informações obtidos em fontes secundárias... ..	17
---	----

Quadro 2 - Programação dos encontros de Jongo, histórico e seus respectivos mestres...	43
---	-----------

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A - TERMO DE REFERÊNCIA PARA LEVANTAMENTO DE DADOS EM PESQUISA DE CAMPO	51
APÊNDICE B - ROTEIRO DE PESQUISA. GUIA DE PERGUNTAS AOS PESCADORES.	61
APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-TCLE	64

I INTRODUÇÃO

Este diagnóstico parcial é um dos produtos desenvolvidos no Programa de Educação Ambiental-PEA Redes de Cidadania-RdC - UVV/PETROBRAS. A realização deste programa é uma medida de mitigação exigida pelo processo de licenciamento ambiental federal, conduzido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA. A proposta do plano de trabalho deste programa atende a Linha A do programa de educação ambiental da Unidade de Negócios do Espírito Santo-UN/ES.

Os principais objetivos do programa como um todo são: formar e empoderar lideranças; identificar redes sociocomunitárias; dar formação, por meio de cursos de extensão em questões relativas à legislação ambiental; reforçar estratégias tradicionais e de economia solidária vinculadas à geração de trabalho e renda; dar formação em letramento digital e dar acesso a políticas e instituições ambientais.

O documento aqui apresentado consiste em um diagnóstico das relações sociais, ambientais, políticas e culturais da comunidade de pesca artesanal da Sede do município de Conceição da Barra, como uma das comunidades abrangidas pelo PEA Redes de Cidadania. Este documento apresenta um diagnóstico parcial das atividades produzidas pela equipe da Redes de Conhecimento, realizadas até junho de 2020 com base nas diretrizes do projeto, respaldadas pela Educação Ambiental Crítica-EAC, conforme indicado no Plano de Trabalho do PEA.

O quadro teórico que fornece suporte para este diagnóstico preliminar se fundamenta em discussões clássicas e contemporâneas, tratando das circunstâncias ambientais, urbanísticas, sociais e políticas que norteiam a pesca, sobretudo a artesanal do litoral centro e norte do Estado do Espírito Santo.

A atividade pesqueira, em um primeiro momento, era realizada por povos indígenas, os quais laboravam também na agricultura, exercendo um tipo de policultura litorânea. Com as transformações sociais e econômicas por que passou a sociedade, o setor pesqueiro, assim como os demais setores

econômicos, se vinculou a uma economia urbana e mercantil, sendo subsidiado por terceiros, os quais passaram a demandar maior produtividade. Esta nova realidade insere a figura do atravessador e explica a introdução de novos petrechos de pesca, tais como: gelo para conservação do pescado – em maior quantidade – redes de náilon, motor de popa e de centro (DIEGUES, 1995).

Com o surgimento da figura do atravessador e a inserção de novos petrechos de pesca, o quadro se modificou significativamente. A partir do ano de 1967, com a promulgação do Decreto-Lei nº 221, legislação que estimulou a pesca em todo o território nacional, houve uma considerável mudança nos tipos de embarcação. Estas passaram a comportar maior quantidade de pescado e a ter condições de ficar mais tempo no mar. Com esta mudança na pesca, surgiram muitas empresas de beneficiamento e distribuição de pescado e, com o passar do tempo, gerou também a sobrepesca. Essas transformações, diferentes do modo realizado anteriormente pelo pescador artesanal, fizeram com que o pescado ficasse cada vez mais escasso e levaram muitas empresas a entrar em falência (DIEGUES, 1995; RABELO, 2006).

Com a lei de incentivo aos pescadores de embarcações maiores, a pesca artesanal recebeu menos recursos e passou a ficar refém da pesca empresarial, que atua também nas áreas de pesca artesanal, devastando os recursos pesqueiros, bem como a “fauna acompanhante”, que é capturada juntamente com a pesca principal. Este caso se aplica com maior intensidade na pesca do camarão, cuja rede utilizada tem malha fina e impede a fuga das outras espécies (DIEGUES, 1995).

Em relação à caracterização da pesca artesanal, esta é marcada por um trabalho de características familiares, baixo poder de predação e área de captura restrita. A atividade não se restringe à pesca em si, mas se estende também à produção de petrechos utilizados em sua execução. Esta dinâmica envolve a comunidade como um todo, em um sistema de trocas que ultrapassa a relação puramente mercantil, reforçando os elos de confiança entre os membros envolvidos (DIEGUES, 1995).

Logo, a partir das supracitadas considerações, a pesca artesanal pode ser compreendida não apenas como uma atividade econômica ou de subsistência, mas como um sistema de interações envolvendo relação de parentesco, práticas alimentares, econômicas, políticas, religiosas, recreativas, além das sabidas habilidades técnicas manuais.

Dessa maneira, afora a interação entre seres humanos, ainda há que se considerar a relação ser humano-natureza. Neste sentido, pressupõe-se um processo de simetrização entre humanos e não humanos, constitutivo de todo um modo de vida, especialmente em razão das ações ambientais agenciarem as ações humanas, as quais adaptam suas rotinas aos tempos das marés, aos ciclos das espécies marinhas, às condições climáticas e a outros aspectos que podem, de alguma forma, condicionar a atividade de pescadores e marisqueiras.

Assim, cabe uma consideração teórica sobre a virada antropológica no entendimento da relação ser humano-natureza para além de uma discussão dicotômica, na qual os dois entes encontram-se distintos. Na constituição da ciência humana, institui-se a noção do europeu civilizado e do não-europeu em um “estágio cultural inferior” (SPENCER, 1939). O primeiro, relacionado ao conhecimento técnico e o segundo, ao conhecimento baseado em fenômenos naturais. Por conseguinte, a cultura humana, sobretudo a ocidental, foi tomada como um processo de distanciamento do mundo natural, consolidando a separação entre o ser humano e a natureza. Como pano de fundo deste debate há o antropocentrismo, base do pensamento iluminista.

Ao refletir sobre a modernidade, Latour (1994) faz uma crítica a esse discurso como sendo responsável pela criação de duas zonas ontológicas distintas: humanos e não humanos, o que o autor denomina “purificação”. Esta concepção cria a noção de independência. Os estudos de sociedades tribais feitos por antropólogos, tinham grande capacidade de simetrizar humanos e não humanos, mas estes pesquisadores tinham dificuldades de fazer o mesmo exercício com suas respectivas sociedades, pelo fato de se pensarem como distintos dos não humanos. Latour supera esse equívoco ao sistematizar a noção de ator-rede, que seria pensar os humanos como inter-relacionados aos não humanos.

Ingold (1991; 2003), é mais audacioso e incisivo no debate, sobretudo na sua crítica às bases epistemológicas da antropologia que privilegiou em demasia o social em detrimento do biológico. Em sua concepção, a “evolução” dos organismos – seres humanos e não humanos – se dá em ações situadas ambientalmente. O desenvolvimento dos seres é possível, portanto, mediante o trabalho das gerações anteriores. É nos: “[...] contextos de entrosamentos práticos dos seres humanos uns com os outros e com os seus ambientes não humanos que as formas institucionais são geradas” (2003, p. 21).

Em vista disso, cabe aqui remarcar que a relação humana não é independente dos não humanos e, a partir deste enquadramento teórico, pode-se pensar em uma relação do pescador com o ambiente. As condições ambientais agenciam a ação dos pescadores, fazendo com que o ato de compreender essa dinâmica seja fundamental na própria construção da carreira, seja ela na pesca artesanal, seja na pesca industrial.

Esse debate ganhou força no âmbito dos direitos socioambientais, noção criada a partir da crítica aos modelos de gestão dos territórios invisibilizados e dos grupos que os habitavam. A partir de discussões promovidas pela União Internacional para a Conservação da Natureza-IUCN, os povos que habitavam as áreas protegidas passaram a ser incorporados ao debate (CALLEGARE; HIGUCHI; BRUNO, 2014; BARRETO FILHO, 2006; DIEGUES, 2004).

Assim, o reconhecimento dos conflitos existentes nas áreas habitadas por povos tradicionais, o debate “conservacionista tradicional”, que privilegiava apenas o cuidado com a natureza em si - diversidade biológica -, passou a “novo conservacionismo”, cujo foco seria humanista, levando em consideração não apenas a natureza, mas, ainda, as populações humanas, sobretudo as mais pobres (CALLEGARE; HIGUCHI; BRUNO, 2014; DIEGUES, 1996).

Nesse bojo torna-se fundamental o protagonismo da educação ambiental crítica, que propõe um processo transformador da comunidade por meio da “participação cidadã”, cujo projeto de participação comunitária é pensado a partir de um projeto emancipatório. Para tanto, torna-se basilar o entendimento de que o agente humano intervém no mundo em que habita e, por isso, um processo de

autoconsciência é necessário para que este possa reconhecer as suas potencialidades dentro do território e agir, não de modo individual, mas coletivo, a partir de processos educativos de mobilização comunitária (LOUREIRO, 2004; 2007; 2015).

Isto posto, tomando por base o quadro teórico apresentado, foram adotados procedimentos de coleta de dados primários e secundários, visando a sistematização das principais informações socioculturais, urbanísticas e ambientais que as comunidades dispõem. Esses aspectos serão apresentados na forma de diagnóstico.

O presente documento, que se configura em um diagnóstico parcial, está estruturado em sete seções. A primeira parte, introdutória, delimita a estrutura teórico-metodológica do programa como um todo e a do relatório. Na segunda seção é feita uma abordagem da metodologia utilizada, fundamentada em uma proposta qualitativa para o diagnóstico, no qual a comunidade estudada terá acesso aos dados levantados para poder participar do processo de elaboração do estudo, desde o desenvolvimento até a fase final da pesquisa. Para tanto, foram realizadas entrevistas estruturadas e semiestruturadas em duas idas a campo e uma pesquisa bibliográfica em documentos técnicos e acadêmicos disponíveis sobre as comunidades. A sistematização destes documentos se deu na forma de fichamentos e, por meio de seleção prévia, a Redes de Conhecimento definiu quais seriam utilizados considerando as informações contidas.

A terceira seção compreende uma caracterização geral da comunidade, indicando sua localização regional e os acessos a ela. Também são apresentadas informações como a quantidade de pescadores e os principais órgãos que se relacionam com a pesca, dentre associações e a colônia à qual a comunidade se reporta. Neste ínterim, serão priorizados os órgãos de interesse que mais interagem com a comunidade, com ênfase nas instituições representativas da pesca e suas relações sociais e políticas.

A quarta seção discorre sobre as principais características da pesca artesanal na comunidade aqui apresentada, sendo que, para este processo, foram

elencadas as áreas de atuação da pesca oceânica, os processos que envolvem a atuação do pescador no setor pesqueiro e as principais categorias profissionais que envolvem a atividade. Também foram pontuadas questões como o modelo das principais embarcações utilizadas pelos pescadores e as técnicas e petrechos mais utilizados na captura do pescado. Por fim, dentre os aspectos a serem apresentados a respeito da comunidade de pescadores artesanais, ainda são assinaladas as redes de relações sociais que compreendem esse grupo.

A quinta seção tem por objetivo caracterizar a comunidade por meio de seus aspectos territoriais e urbanos. É proposta uma análise da evolução urbana recente da localidade, bem como a análise do uso e ocupação do solo urbano e os conflitos com outras comunidades que ali vivem. Este tópico analisa os aspectos atualmente consolidados da urbe, indicando quais são os possíveis impactos e transformações imputados pela lógica urbana vigente, além de analisar a implantação de empreendimentos de grande porte existentes ou não na região estudada. Neste item também são identificados os conflitos políticos de escala urbana e socioambiental encontrados na comunidade até o momento, auxiliando na produção dos mapas socioambientais com base nas relações estabelecidas.

A sexta seção compreende o levantamento das atividades culturais da comunidade. Os principais elementos destacados correspondem às características socioculturais que envolvem a sua formação sócio histórica. Esta seção realça os processos de ocupação do lugar e identifica como determinados grupos foram se apropriando de práticas de subsistência que envolviam as populações indígenas que habitavam o local, estabelecendo todo um modo de vida. A descrição de atividades culturais da comunidade se atém às festividades realizadas e a relação dessas com aspectos religiosos e sociais referentes à atividade pesqueira. No que concerne aos patrimônios culturais, são elencados objetos existentes na comunidade, práticas presentes nas festividades, bem como a dinâmica sociocultural local.

A sétima seção aborda a relação sociopolítica da comunidade. Esta é entendida como o modo pelo qual a comunidade pesqueira é retratada nas instâncias locais

e regionais de representação da pesca artesanal e como são percebidas pelos pescadores locais. Para tal abordagem, são elencadas as lideranças formais, informais, femininas e jovens da comunidade.

II METODOLOGIA

Para a coleta de elementos constitutivos da comunidade em seus aspectos sociais, históricos e culturais adotou-se a triangulação metodológica (FLICK, 2005), na qual foram combinados diferentes métodos qualitativos de coleta de dados. Lançou-se mão da História de Vida, História Oral (BECKER, 1997; DELORY-MOMBERGER, 2012; THOMAS & ZNANIECKI, 2006; HALBWACHS, 1990; POLLAK, 1992), Observação Direta (GIUMBELLI, 2002) e levantamento de dados em fontes secundárias. As principais técnicas empregadas na realização dos métodos mencionados foram entrevistas (GIUMBELLI, 2002; GARFINKEL, 2018) e percursos comentados (THIBAUD, 2002).

A história de vida objetivou compreender o contexto nos quais os pescadores estavam inseridos, a partir de suas narrativas individuais. A história oral auxiliou na coleta de relatos de pescadores que participaram ou testemunharam acontecimentos e conjunturas do passado e do presente. A observação direta é uma ferramenta importante da antropologia, que possibilitou a participação dos pesquisadores em atividades desenvolvidas pelas comunidades, sejam elas laborais, recreativas ou festivas. O levantamento de dados secundários consistiu na elaboração de um banco de dados que deu pistas para a coleta de dados *in loco* e suporte no processo de elaboração de oficinas de validação.

A principal técnica de auxílio foi a entrevista semiestruturada, realizada com os principais grupos contemplados pelo PEA Redes de Cidadania, quais sejam pescadores e pescadoras artesanais, marisqueiros e marisqueiras e familiares de pescadores. As entrevistas foram elaboradas com base em uma primeira incursão de campo exploratória feita entre os meses de março e abril de 2019. Neste período foram feitas algumas entrevistas com o público da ação educativa

e, a partir desta ação inicial, elaborou-se um termo de referência para orientar as próximas incursões – Apêndice A.

Em linhas gerais os itens que nortearam a coleta foram: levantamento de lideranças formais, feminina e jovem; levantamento das relações sociopolíticas das comunidades; levantamento das relações sociais estabelecidas no território para que estas possam dar subsídio para a elaboração do mapa social; levantamento das relações socioambientais; levantamento de atividades culturais; levantamento de conflitos socioambientais; levantamento de órgãos de interesse da comunidade; levantamento de informações para dar suporte ao mapa social e político de cada comunidade; e o levantamento de informações para elaboração do mapa socioambiental. Estes itens foram categorizados como *nós* e *subnós* no *software* NVivo 12 Pro., no qual é feita a sistematização das informações para que estas possam ser facilmente encontradas em uma ferramenta de busca que possibilita o cruzamento dos dados já tratados no processo de alimentação do sistema.

O primeiro contato feito com a comunidade Sede de Conceição da Barra foi por meio das principais lideranças e, na medida em que estas iam indicando outros pescadores, buscava-se estabelecer contato para a realização de uma nova entrevista, seguindo desse modo o procedimento amostral por cadeia de referência: bola de neve. Assim, sempre que uma entrevista era realizada, novas sugestões de entrevistados eram dadas. Ao todo foram realizadas 14 entrevistas na comunidade Sede de Conceição da Barra.

No processo de entrevistas adotou-se ainda a técnica do percurso comentado com adaptações à realidade na qual estávamos inseridos. Esta técnica compreende acompanhar o entrevistado em um percurso que ele mesmo sugerir, para que no trajeto sejam observados locais de referência para o entrevistado e suas memórias sobre o espaço que é percorrido.

Após a coleta de dados com os métodos e técnicas descritos, será feito um retorno ao campo – reunião de diagnóstico – para a validação dos dados coletados – Apêndice B.

Quanto a realização dos mapeamentos, bases de dados foram elaboradas para organização sistêmica dos Planos de Informações-PIs georreferenciados a serem obtidos por fontes primárias e secundárias. Os PIs estão organizados em duas Bases de Dados, as quais compreendem, respectivamente, dados disponibilizados *online* por instituições públicas e privadas, denominada “Institucional” e PIs produzidos em campo a partir do georreferenciamento de elementos observados *in loco*, denominado “Dados de Campo” (XAVIER-DA-SILVA, 2001; FITZ, 2009).

As principais fontes de PIs institucionais correspondem a sites de domínio público como a biblioteca virtual do Instituto Jones dos Santos Neves-IJSN, de navegadores virtuais, como o GEOBASES e dos bancos de dados do Instituto Estadual de Meio Ambiente-IEMA, Agência Nacional de Petróleo-ANP, Instituto Chico Mendes de Biodiversidade-ICMBio, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-EMBRAPA, Agência Nacional de Águas-ANA, Fundação Nacional do Índio-FUNAI, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN. Também foram solicitados à Petrobras arquivos vetoriais de geolocalização que pudessem auxiliar no arranjo dos mapas. Abaixo é apresentada a lista de PIs com suas respectivas fontes - Quadro 1.

Quadro 1 - Planos de Informações obtidos em fontes secundárias – continua...

Título	Tipo	Instituição
Sísmicas Públicas	Vetorial	ANP
Blocos SRTM - 90m	Matricial	EMBRAPA
Cartas Topográficas	Matricial	IBGE
Limites Unidades da Federação	Vetorial	IBGE
Ottobacias Nível 4	Vetorial	GEOBASES
Unidades Naturais	Vetorial	GEOBASES
Meses Secos ES	Vetorial	GEOBASES
Solos ES	Vetorial	GEOBASES
Hidrografia ES	Vetorial	IEMA
Uso da Terra ES	Vetorial	IEMA
Áreas prioritárias para conservação	Vetorial	IEMA
Corpos d'água	Vetorial	IEMA
Fitofisionomia da Mata Atlântica	Vetorial	IEMA
Localidades	Vetorial	IEMA
RPPNs	Vetorial	IEMA
Unidades de Conservação Estaduais	Vetorial	IEMA
Unidades de Conservação Federais	Vetorial	IEMA

Quadro 1 - Planos de Informações obtidos em fontes secundárias

Título	Tipo	Instituição
Ortofotos	Matricial	IEMA
Comunidades	Vetorial	IJSN
Área Efetivamente Urbanizada	Vetorial	IJSN
Trecho Ferroviário	Vetorial	IJSN
Eixo Rodoviário	Vetorial	IJSN
Arruamento	Vetorial	IJSN
Cemitérios	Vetorial	IJSN
Edificação de Ensino	Vetorial	IJSN
Edificação de Saúde	Vetorial	IJSN
Edificação de Segurança	Vetorial	IJSN
Edificação de Social	Vetorial	IJSN
Limite de Distrito	Vetorial	IJSN
Limite Macrorregião	Vetorial	IJSN
Limite Microrregião	Vetorial	IJSN
Limite Macrorregião	Vetorial	IJSN
Limite Microrregião	Vetorial	IJSN
Geomorfologia ES	Vetorial	IJSN
Terras Indígenas	Vetorial	FUNAI
Áreas Quilombolas	Vetorial	INCRA
Localização dos PCAPS	Vetorial	PETROBRAS
Gasodutos ES	Vetorial	PETROBRAS

Fonte: Redes de Cidadania

Considerando também que os Pls possuem datas de elaboração diferentes e que, muitas vezes, as informações contidas nestes encontram-se desatualizadas, fez-se necessária a revisão de Pls estratégicos para o entendimento dos aspectos físicos, culturais e construtivos das comunidades pesqueiras, no que corresponde à finalidade deste projeto. Além disso, algumas informações de relevância, como os locais de embarque pesqueiro, geolocalização das associações e casa de pescadores, dentre outras, não constam nos Pls institucionais. Nestes casos, as informações foram obtidas diretamente em campo.

Para a obtenção dos dados georreferenciados em campo, foi utilizado um GPS com o qual pode-se inserir pontos, linhas e polígonos a partir de sua localização atual dentro de uma base georreferenciada e exportá-los em formato compatível com o Sistema de Informações Geográficas-SIG. Os dados de campo foram exportados em formato padrão de GPS-GPX e convertido para *shapefile* com o uso do *software* QGIS 3.4.9. O *software* utilizado para o manuseio e edição dos

PIs em formato *shapefile*, assim como para a elaboração dos mapas até a etapa atual da pesquisa foi o ArcGIS 10.7-ESRI.

A tabela de atributos associada a cada PI foi criada contendo algumas informações básicas como o nome da feição, localidade e município em que se encontra, além de observações gerais que possam detalhar melhor a informação e as coordenadas X e Y de cada feição. Os PIs foram padronizados e modificados no sistema de coordenadas Universal Transversa de Mercator-UTM, no fuso 24 K e o *datum* horizontal utilizado foi o SIRGAS 2000 – atual sistema geodésico de referência utilizado no Brasil desde 25 de fevereiro de 2015 segundo o IBGE. Os procedimentos aqui apresentados tornaram-se uma base para o manuseio de todas as informações geoespaciais utilizadas no diagnóstico, assim como para a elaboração dos mapas-produtos.

No que diz respeito a análise das questões relacionadas ao uso e ocupação do solo e socioambientais, são recolhidos os dados referentes à região de estudo junto aos órgãos competentes, como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, Instituto Jones dos Santos Neves-IJSN, as prefeituras municipais, bem como demais órgãos que operam com os Sistemas de Informações Georreferenciada-SIG. Os dados recolhidos nesta etapa abrangem informações acerca de leis urbanísticas vigentes para a localidade e informações georreferenciadas referentes às mesmas, bem como arquivos em *shapfiles-shp* com dados de perímetro urbano, perfil e hierarquia viária, áreas de risco - inundação, desmoronamento, etc. - equipamentos urbanos, divisão de lotes, bairros, quadras, dentre outros.

Em sequência, ainda nesta etapa, são efetuados levantamentos de campo com a finalidade de se investigar, *in loco*, especificidades tais como: padrão fundiário – análise preliminar de acordo com os mapas cadastrais obtidos; predominância de tipologias das edificações; caracterização de uso e ocupação do solo; concentrações de atividades, áreas de segregação urbana; além de aspectos que podem ser levantados de forma exclusivamente presencial, como as condições de urbanidade, paisagem urbana, acessibilidade e sensações urbanas tais como segurança, movimentação, abandono, entre outras. Durante

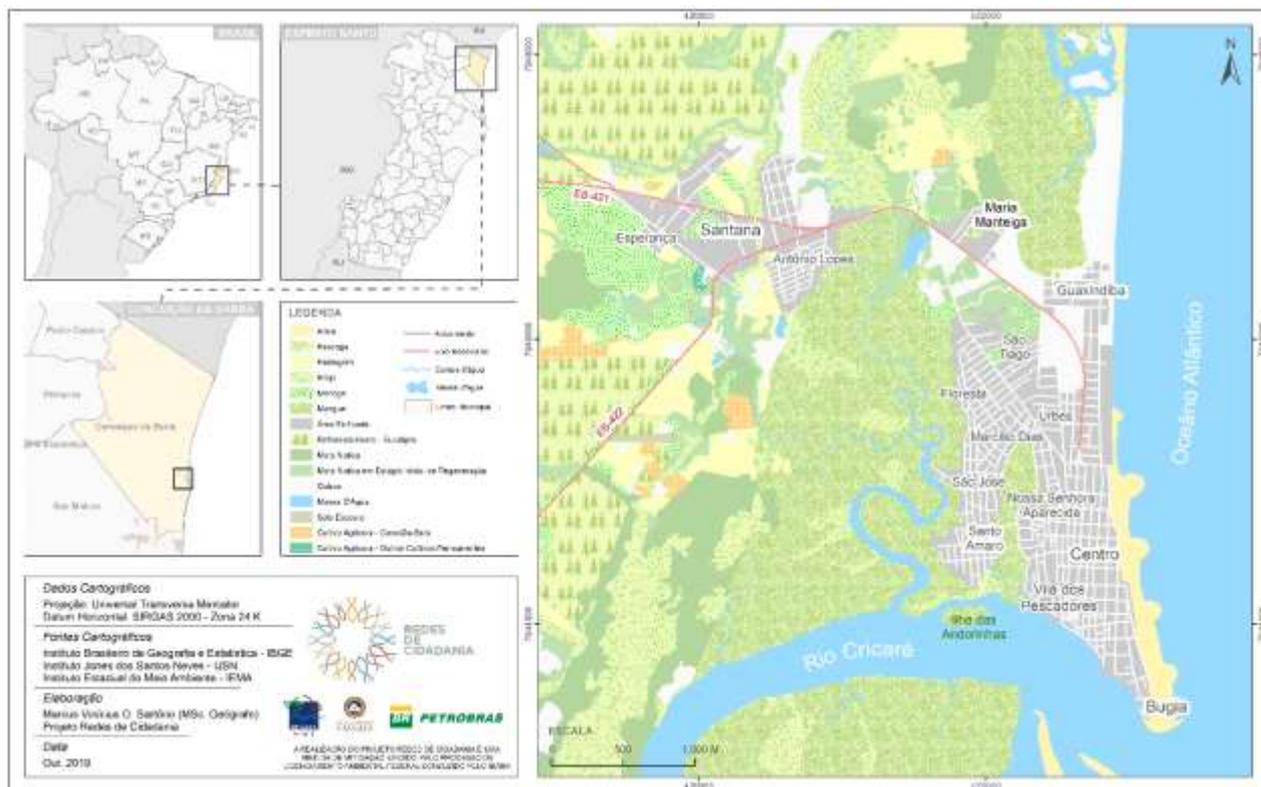
as visitas *in loco* foram efetuados registros fotográficos que evidenciam os dados analisados, os quais são apresentados no decurso do diagnóstico.

III CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE PESQUEIRA

III.1 Localização e acesso à comunidade

A comunidade de pescadores de Conceição da Barra encontra-se na sede do município, contendo o mesmo nome, entre as coordenadas X: 421492 e 422928 - Y: 7947779 e 7942546. Com uma área urbana de aproximadamente 2,6 km² que se desenvolveu em meio à vegetação de manguezal, a comunidade é um importante polo de pesca no estado. No limite norte da área urbana do município encontra-se a Praia de Guaxindiba, local da foz natural do rio Itaúnas, dentro dos limites do Parque Estadual de Itaúnas - Figura 1.

Figura 1 - Mapa de localização e uso do solo da comunidade de Conceição da Barra



Fonte: Redes de Cidadania

À leste, estende-se pelo oceano Atlântico a porção de maior extensão da plataforma continental do Espírito Santo. Longitudinalmente a plataforma se estende por até 200 km da costa, compondo importantes pesqueiros e arquipélagos. Ao sul encontra-se a foz do rio São Mateus, que regionalmente é chamado de rio Cricaré a partir do limite político de Conceição da Barra. Em todo o entorno sul e oeste da área urbana encontra-se a Área de Proteção Ambiental-APA de Conceição da Barra. O córrego São Domingos do Norte margeia a área urbana em sua porção oeste, passando ao lado das comunidades urbanas de Marcílio Dias 1, São José e Santo Amaro. A APA - Figura 2 - estende-se até o limite sul do município na fronteira com o município de São Mateus.

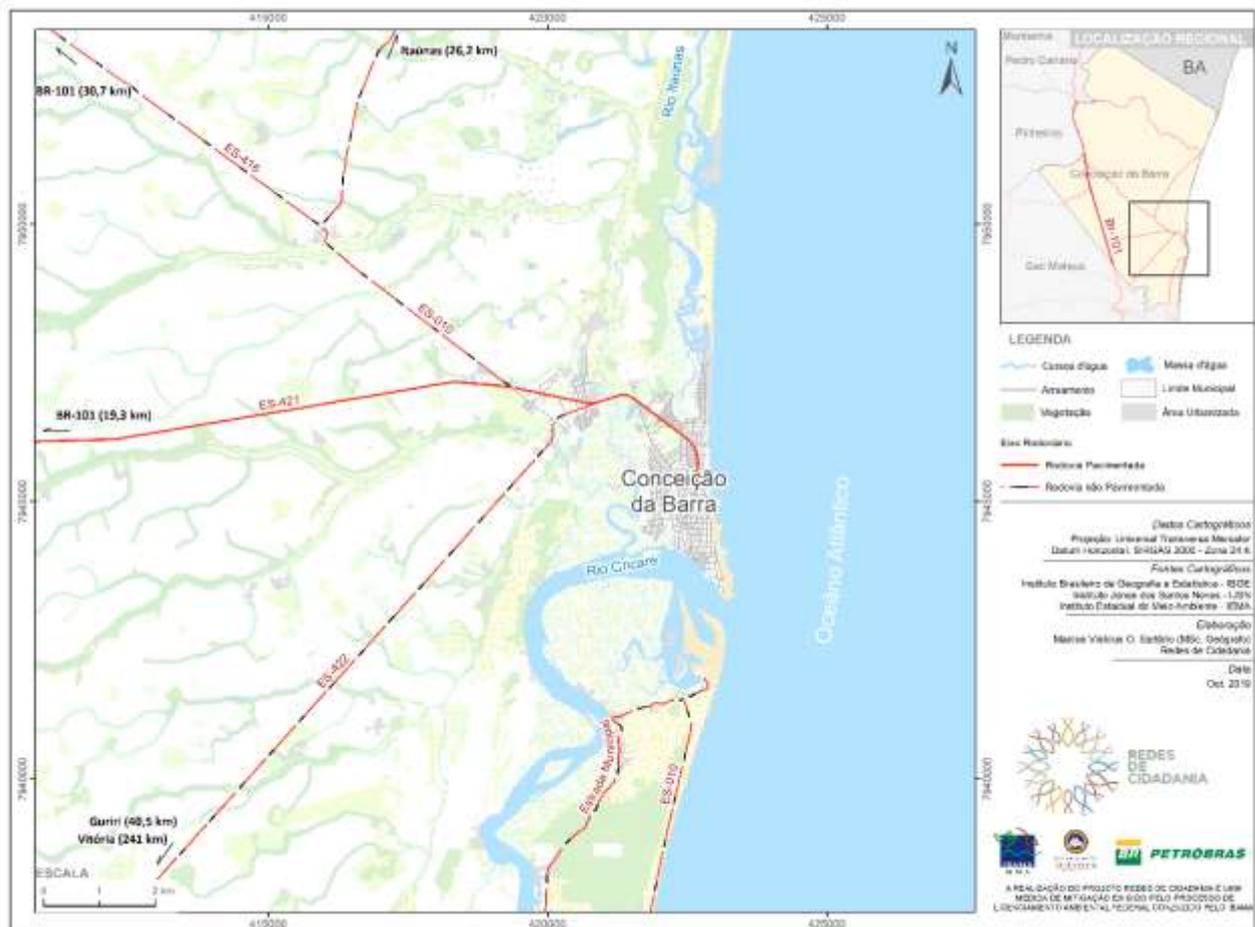
Figura 2 - Localização da Área de Proteção Ambiental de Conceição da Barra



Fonte: Redes de Cidadania

O acesso à comunidade se dá pela rodovia estadual ES-010, que se liga à rodovia federal BR-101 por três outras, a ES-416 – sentido NO-SE – a ES-421 – sentido O-E – e pela ES-422 – sentido SO-NE. O acesso à capital Vitória pode ser realizado pela BR-101 no sentido sul, totalizando 241km. Também é possível acessar a comunidade pela via marinha e fluvial. O aeroporto mais próximo fica na sede do município de São Mateus à distância de 17,2 Km em linha reta - Figura 3.

Figura 3 - Principais rodovias e acessos à comunidade de Conceição da Barra



Fonte: Redes de Cidadania

A comunidade encontra-se em uma planície costeira (MARTIN et al., 1997), que se apresenta com sedimentos quaternários que compõem o cenário do litoral capixaba, destacando-se, localmente, pelos depósitos de manguezais, com altitudes médias próximas ao nível médio de maré. A paisagem é

predominantemente plana, sem a presença de elementos de destaque, como morros e montanhas, com solos argilo-arenosos, ricos em matéria orgânica.

O rio Cricaré corre meandrante no sentido sul-norte, paralelo à linha de costa. A aproximadamente 4 km da comunidade, o rio faz uma curva à direita e deságua no oceano Atlântico, ao sul do centro de Conceição da Barra. Outro importante rio capixaba é o rio Itaúnas, citado anteriormente, tendo sua foz natural a aproximadamente 5 km ao norte da foz do São Mateus.

III.2 Instituições representativas da pesca

A comunidade pesqueira de Conceição da Barra é representada, em sua instância local, pelas seguintes associações:

- Associação dos Camaroeiros de Conceição da Barra-ACCB. Presidente: Ademilsom Machado (Sigão).
- Associação de Maricultores de Conceição da Barra-AMABARRA. Presidente: Tânia.
- Associação dos Proprietários de Embarcações, Pescadores e Marisqueiros-Apropescam. Presidente: Adriano (Bibi).
- Associação de Pescadores, Marisqueiros Porto Cajueiro-APMPC. Presidente: Vanderlei Horêncio do Sacramento. Vice-Presidente: Leandro Paranaguá Albuquerque.
- Associação de Pescadores, Marisqueiros, Catadores de Caranguejo de Conceição da Barra-APMCC.

Presidente: Luciara Ferreira da Silva (Luciara da Pesca).

A comunidade é representada regionalmente pela Colônia Z-1 Comandante Ferreira de Lima, sob a presidência de Davi dos Santos Viana Claudiano. A colônia é a primeira do estado do Espírito Santo e, vinculada a ela, há uma peixaria municipal, a Peixaria da Colônia.

III.3 Locais de embarque e desembarque pesqueiro

A comunidade de Conceição da Barra possui diferentes pontos de embarque pesqueiro, de acordo com os tipos específicos de embarcações. A área do cais, próxima ao prédio do Antigo Trapiche é o principal ponto, com escadas de madeira improvisadas para pequenas embarcações e um píer de concreto que atende às embarcações maiores. Além desse acesso, há pontos nos fundos dos lotes que estão às margens do Rio Cricaré, principal rio de acesso ao litoral. Além dessa região há um ponto de desembarque no bairro de Santo Amaro, o Porto Cajueiro. Nele atracam os botes de pesca no mar. Recentemente este atracadouro passou por modificação em seu principal acesso, recebendo uma laje de concreto.

IV CARACTERIZAÇÃO DA PESCA

A comunidade pesqueira de Conceição da Barra é composta por 930 pescadores distribuídos em diferentes tipos de pescarias, dependendo das embarcações utilizadas. As utilizadas na pesca marítima contam com: Botes de Rio, medindo até 6 metros; Botes de Mar, medindo entre 7 e 9 metros; Barcos médios com casaria e convés, medindo entre 8 e 12 metros e Camaroeiros, equipados com rolamento hidráulico e guinchos, medindo entre 8 e 12 metros.

Por sua vez, a pesca é realizada em diferentes áreas, empregando-se o tipo de embarcação de acordo com a área. Os botes de rio pescam no rio Cricaré, com pesca de linha e tarrafa; os botes de mar pescam em distâncias de até 300 milhas da costa, com pesca de linha; os barcos médios, com casaria, também pescam em distâncias de até 300 milhas da costa, com pesca de linha e rede de espera e os camaroeiros atuam na profundidade de 20 metros, com pesca de arrasto por meio de um sistema denominado balão. Este último restringe-se ao camarão, sobretudo o Sete-Barbas. A conservação do pescado é feita com gelo armazenado nas urnas das embarcações maiores e em caixas de isopor nos botes de mar.

As principais espécies capturadas são: camarão sete-barbas, camarão rosa, camarão branco, corvina, catuá, peroá, badejo, garoupa, roncador, pargo, cação, pescadinha, sarda e bejupirá.

Parte do pescado é comercializado em peixarias da comunidade. Em trabalho de campo, pode-se observar uma variedade de peixarias presentes no local. Além dos citados pontos, há ainda a comercialização do pescado em residências particulares, nas quais atuam os próprios pescadores.

IV.1 Áreas de atuação da atividade pesqueira

De acordo com relatos obtidos na comunidade, por meio de entrevistas realizadas com os pescadores, a pesca se dá nas seguintes regiões: os camaroeiros pescam entre Itaúnas, Conceição da Barra e a região de Barra do Riacho, no município de Aracruz, em uma profundidade de 20 metros. As embarcações médias, de casaria e convés, pescam até a região dos Abrolhos, Bahia, em uma distância de, no máximo, 300 milhas da costa. Os botes de mar pescam na região de Conceição da Barra, também em uma distância de até 300 milhas da costa. Os botes de rio pescam no rio Cricaré.

IV.2 Carreira da pesca

De acordo com o Secretário Municipal de Pesca, a comunidade possui 50 barcos médios, 30 botes de mar e 150 botes de rio, contando com uma população de pescadores estimada em 930 profissionais. Em observações de campo, identificamos as seguintes características das embarcações de pesca e pescarias:

Camaroeiro: Esta embarcação - Figura 4 - é a de maior impacto na pesca da região. Pode ter até 12 metros de comprimento e pouco menos de 4 metros de largura. Normalmente sai para o mar com, no máximo, 5 tripulantes. O motor é a óleo e a sua principal especialidade é a pesca do camarão, em um sistema denominado "balão".

Figura 4 – Camaroeiro

Fonte: Acervo Redes de Cidadania

Barco de Convés e Casaria: Com relação ao barco, este é utilizado para a pesca de linha e rede parada - ou de espera. Ele é pouco menor do que os camaroeiros - Figura 5 - e alguns dispõem de equipamentos de içar rede ou linha de pesca, tornando o trabalho manual.

Figura 5 - Barco de Convés e Casaria

Fonte: Acervo Redes de Cidadania

Bote de Rio: Com relação ao bote, este mede pouco mais de 6 metros de comprimento e 1 1/2 de largura. No caso da Figura 6, podemos observar que o bote possui um material de pesca em seu interior. Geralmente eles não ficam ancorados com os equipamentos. Em Conceição da Barra, este tipo de embarcação sai apenas com dois tripulantes: o Mestre e o Tripulante. A última categoria é utilizada apenas para aqueles que trabalham no bote, não para o proprietário, que é o mestre.

Os botes, além de serem utilizados na pesca, são também usados para traslado da margem até outras embarcações atracadas no interior do rio, pois nem todas atracam no cais. Na orla, há escadas improvisadas que os pescadores utilizam para acesso aos botes.

Figura 6 - Bote de Rio



Fonte: Acervo Redes de Cidadania

Botes de Pesca Marítima: Estes possuem entre 7 e 9 metros e a pesca realizada por esta modalidade é a "pesca de linha". Nesta, usa-se linha nylon de 100 mm ou de 200 mm (dependendo do tipo de pescado que se deseja capturar), com uma quantidade de anzol que pode variar entre 5 e 15, contando ainda com um chumbo na extremidade da linha, para mantê-la firme na posição vertical - Figura 7.

Figura 7 - Botes de Pesca Marítima



Fonte: Acervo Redes de Cidadania

IV.3 Técnicas e petrechos de pesca

A pesca de arrasto, também conhecida como “balão”, ocorre nas áreas mais próximas do litoral, pois a espécie pescada por esta embarcação, o "Camarão Sete-Barbas", não é uma espécie normalmente afastada do litoral. Para a pesca do camarão, a embarcação é equipada com guinchos, que funcionam como dois braços abertos, nos quais ficam presos os balões utilizados na captura do pescado. Este tipo de pesca é reconhecido, nas representações locais, como a mais agressiva ao ambiente marinho, pois a rede utilizada possui uma malha fina que acaba capturando outras espécies que não se encontram prontas para captura, ou mesmo, se encontram em período de defeso. Para içar o balão,

algumas embarcações já possuem um sistema de carretéis ligados ao motor, que fazem todo o trabalho pesado, sob a orientação dos pescadores. A utilização destes equipamentos está reduzindo a necessidade de mão de obra nas embarcações.

As redes de pesca capturam, geralmente, peixes que passam em cardumes e caem nas redes posicionadas em áreas já conhecidas pelos pescadores. Os principais peixes capturados em suas malhas são: sarda, tainha, corvina e cará péba.

No caso da pesca de linha, os pescadores utilizam nylon (fino ou mais grosso, dependendo da espécie que será pescada) e anzóis (entre 5 e 15 por linha), seguindo a mesma lógica da linha. A linha possibilita ao pescador acessar áreas mais profundas, não alcançadas pelas redes de espera, como é o caso das áreas de corais, denominadas pelos pescadores de "cascalho". Nestas áreas ficam localizados os seguintes peixes: cação, badejo, garoupa, vermelho e xaréu. Além destas espécies, a linha ainda é utilizada para a captura do peroá, peixe muito apreciado no litoral capixaba.

V ASPECTOS TERRITORIAIS E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E URBANOS

V.1 Histórico de formação e evolução urbana/territorial

O município de Conceição da Barra pode ser considerado um dos mais antigos do Espírito Santo. A fundação da cidade se deu a partir da localização estratégica de seu porto, em 1537, quando, segundo relatos históricos, uma forte tempestade afundou uma fragata espanhola próxima ao rio, então chamado pelos indígenas Guaianás de Kiri-kerê. “Esse nome, que significa dorminhoco, foi dado devido à quietude das águas do rio, hoje denominado Cricaré” (IBGE, 2019).

Portugueses e indígenas, aliados aos naufragos do navio espanhol, estabeleceram, na foz do Rio Cricaré, um núcleo populacional, com o nome de Barra. O desenvolvimento inicial se deveu, principalmente, à

intensidade de navios, vindos da Bahia, que aportavam aproveitando a facilidade de acesso (IBGE, 2019, p. 1).

Em 1596, o padre José de Anchieta visitou a região, em especial Barra e a comunidade Vale do Cricaré, rebatizando o nome do rio Cricaré para rio São Mateus, ao passo que também renomeou a comunidade com o mesmo nome. “Com essa troca de nomes, o núcleo populacional da margem norte passou a chamar-se Barra de São Mateus” (IBGE, 2019, p. 1).

Em 11 de agosto de 1831, a Barra de São Mateus foi instituída Paróquia, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição, cuja imagem era venerada em uma rústica capela erguida nos primórdios da colonização onde se encontra até os dias atuais (IBGE, 2019).

Em análise da história de formação do estado do Espírito Santo, identificam-se quatro pontos que relacionam a história capixaba às transformações que ocorreram na costa norte, em especial ao município de Conceição da Barra e que influenciaram, direta e indiretamente, a dinâmica de ocupação no estuário do rio São Mateus:

O primeiro remonta à ocupação colonial da costa norte capixaba com a formação das cidades de Conceição da Barra e São Mateus; o segundo diz respeito à inserção do estado do Espírito Santo na economia do café no final do século XIX que culminou com a frente de ocupação das terras acima do rio Doce, até então cobertas de mata nativa em mais de 90% de sua área. O terceiro momento histórico está atrelado às mudanças socioeconômicas ocorridas com o modelo de desenvolvimento que resultou na inserção do estado à dinâmica capitalista moderna, culminando com a implantação e expansão da monocultura do eucalipto e da cana de açúcar, a exploração de petróleo, a subordinação da pesca artesanal à pesca empresarial e industrial e a urbanização da costa norte capixaba (FERNANDES, 2007, p. 39).

A partir das novas dinâmicas instauradas no estado, o município de Conceição da Barra sofreu transformações em sua malha urbana. Identifica-se uma intensificação da expansão urbana a partir de metade da década de 1985, mesma década de instalação da fábrica de celulose no Espírito Santo. Também é possível identificar a grande quantidade de áreas destinadas à silvicultura, nesta mesma época, no município.

De acordo com a Figura 8, a área urbana litorânea de Conceição da Barra - em azul - se estendia parcamente e apenas ao longo da orla, com uma pequena aglomeração no sentido do que hoje se consolidou como sendo o bairro Santo Amaro - em rosa. A região de Santana - em vermelho - ainda pouco desenvolvida, não apresentava o condomínio de casas destinado aos pescadores que saíram da bugia.

Por meio da análise de evolução urbana - Figura 8, Figura 9, Figura 10, Figura 11 e Figura 12 - percebe-se uma concentração do crescimento de Conceição da Barra na região de Santo Amaro, ocupando uma região que, anteriormente, era de mangue, contendo um maior crescimento urbano entre os anos de 1985 e 1995. Após tal período, existe um processo de consolidação do uso e ocupação do solo.

A região norte litorânea de Conceição da Barra não apresentou a mesma consolidação ao longo dos anos. Existente desde 1985 e sendo uma das áreas mais antigas, ainda se encontra com uma baixa densidade populacional.

Figura 8 - Mapa de evolução urbana de Conceição da Barra. Ano de 1985



Fonte: Google Earth (2020)

Figura 9 - Mapa de evolução urbana de Conceição da Barra. Ano de 1995



Fonte: Google Earth (2020)

Figura 10 - Mapa de evolução urbana de Conceição da Barra. Ano de 2005



Fonte: Google Earth (2020)

Figura 11 - Mapa de evolução urbana de Conceição da Barra. Ano de 2012



Fonte: Google Earth (2020)

Figura 12 - Mapa de evolução urbana de Conceição da Barra. Ano de 2012



Fonte: Google Earth (2020)

Um fato importante dentro do histórico de evolução urbana, relatado em entrevistas e percebido durante as análises dos dados coletados, foram as

transformações ocorridas na bugia, decorrentes do avanço do mar e cheias do rio São Mateus.

Nas imagens seguintes - Figura 13, Figura 14, Figura 15 e Figura 16 -, confirmamos o impacto de tais transformações na vida de parte dos pescadores que residiam na região. Estes moradores se mudaram para um condomínio habitacional de interesse social localizado na região de Santana, a aproximadamente 6 km de distância do estaleiro. Durante as entrevistas, a bicicleta foi identificada como principal meio de transporte desses pescadores até o novo local de residência e deste até o local de trabalho, o que revela o aumento da distância e do tempo dos movimentos pendulares - casa vs trabalho.

Figura 13 - Transformações na Bugia. Ano de 2004



Fonte: Google Earth (2020)

Figura 14 - Transformações na Bugia. Ano de 2009



Fonte: Google Earth (2020)

Figura 15 - Transformações na Bugia. Ano de 2011



Fonte: Google Earth (2020)

Figura 16 - Transformações na Bugia. Ano de 2019

Fonte: Google Earth (2020)

Como pode ser identificado nas imagens anteriores, a reconstrução da bugia envolveu um projeto de quebra-mares dispostos na orla, visando o acúmulo de areia no local. A urbanização da orla faz-se presente a partir de 2012, conforme imagens supracitadas.

Quanto às atividades econômicas, relatadas em entrevistas, foram citadas a agricultura do café, da mandioca - nos quilombos - e da pimenta do reino - que tem tido a produção diminuída. A região do distrito de Braço do Rio é basicamente composta por áreas rurais que apresentam plantio de café. Entretanto, segundo do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos-IEMA, a partir do ano de 2004, a silvicultura ocupa a maior área agricultável de Conceição da Barra e representa um dos principais usos do solo na região. Ainda em 2004, 68% da área agricultável do Município pertence às empresas Aracruz Celulose e Suzano Papel & Celulose (INCAPER, 2011).

Em entrevista, foi informado que as comunidades tradicionais de quilombolas produzem carvão a partir do eucalipto. Entretanto, estes começam a migrar para a agricultura, devido às dificuldades de conseguir matéria-prima.

Tal dificuldade pode estar relacionada com a nova frente da empresa na produção de combustíveis a partir da biomassa extraída da casca do eucalipto. O rejeito, que antes era utilizado pela comunidade, agora é utilizado para a produção dessa biomassa. Porém, necessita-se de mais estudos para entender se tal relação se dá no contexto municipal de Conceição da Barra.

V.2 Principais conflitos de uso e ocupação do solo relacionados a atividade pesqueira

De acordo com as entrevistas, foi possível identificar um conflito interno no que se refere a representatividade institucional dos pescadores, fazendo com que as várias associações e a colônia dividissem o setor, dificultando o estabelecimento de diálogo entre elas.

Quanto às várias associações, a Associação dos Camaroeiros de Conceição da Barra-ACCB era a responsável pela gestão do espaço físico onde estão instaladas a fábrica de gelo, uma área de limpeza de pescado e mais algumas construções. A Petrobras tentou realizar o projeto da associação com a Prefeitura por meio do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, mas o Conselho não estava formalizado e o prefeito, em reunião, disse que não teria como realizar um acordo em função dos custos de manutenção.

Segundo relato, em entrevista realizada no mês de março de 2019, Haroldo, Gerente Municipal da Pesca, procurou a Petrobras informando sobre a reativação de uma Associação – a Associação de Proprietários de Embarcação, Pescadores e Marisqueiras-Apropescam – e que a prefeitura estava preparando a documentação para transferir a gestão do espaço da fábrica de gelo para ela. Dessa forma, o projeto do PCAP poderá ser executado com essa Associação. No entanto, a Petrobras ainda aguarda a documentação da Associação, bem como o documento da prefeitura cedendo a área para eles. Com a documentação em mãos, a Petrobras dará início ao trâmite interno para elaboração do Termo de Cumprimento de Obrigação Legal-TCOL.

A Petrobras também se comprometeu a fazer o projeto de engenharia e arquitetura da Unidade de Beneficiamento do Pescado, que ficará na mesma área da fábrica de gelo e, os pescadores, se comprometeram em buscar a verba necessária para a construção e equipagem do local.

Segundo relato de Haroldo, os pescadores querem implementar o beneficiamento do camarão com maquinário. Entretanto, as mulheres acabariam por perder o serviço de limpeza desse pescado, uma vez que o trabalho manual não conseguiria competir com as máquinas no que se refere à quantidade descascada. Ademais, a Prefeitura se encontra impossibilitada de realizar qualquer vínculo com as marisqueiras, visto que a associação que as representa encontra-se com processos judiciais referentes a suspeitas de eleição fraudulenta.

Existe também uma preocupação dos pescadores com relação à instalação de novos empreendimentos na região, como é o caso do Porto da Petrocity, em Uruçuquara, no Município de São Mateus.

A Usina Disa, fabricante de álcool, era uma grande empregadora na região, mas fechou suas portas, impactando a região com a perda de 3.000 vagas de emprego. A mesma, pertencente a empresa Infity Bio-Energy, faliu em 30 de outubro de 2018.

V.3 Principais conflitos socioambientais relacionados a atividade pesqueira

Um importante aspecto ambiental de Conceição da Barra corresponde à organização do território e uso dos recursos naturais da região. Como pode-se observar na Figura 17, a área urbana da comunidade desenvolveu-se às margens do rio, no que hoje seria considerado uma Área de Preservação Permanente-APP, segundo a Lei nº 12.651/12. Essa expansão se deu para outras áreas ocupadas originalmente com vegetação nativa de restinga e manguezal, características de áreas estuarinas (VALE, 2004).

Figura 17 - Imagem aérea da comunidade de Conceição da Barra



Fonte: Redes de Cidadania

Mesmo com algumas áreas preservadas, o manguezal sofre intensa pressão às margens dos bairros Santo Amaro, São José, Marcílio Dias e Vila dos Pescadores. Em observação de campo, foi possível notar, no entorno desses

bairros, esgoto sendo lançado no mangue e sendo lixo depositado às margens dos pequenos cursos d'água dentro do manguezal - Figura 18.

Figura 18 - Lixo e manilha despejando esgoto às margens do manguezal



Fonte: Acervo Redes de Cidadania

Outro impacto ambiental ocorre para além da área urbana da comunidade, em plantações de eucalipto e áreas de pastagem extensiva distribuídas no entorno da mesma, na planície costeira. O uso e ocupação da terra gera diversos impactos nos sistemas ambientais que compõe a paisagem local, interferindo, sobretudo, no meio biótico e aquático. Um dos principais impactos do uso e ocupação da terra é o assoreamento do rio Cricaré, que gerou e ainda gera significativo prejuízo à atividade pesqueira da comunidade.

No litoral foram construídas estruturas de quebra-mares para contenção do avanço do mar, em uma tentativa de impedir ou refrear a erosão da praia. Esses quebra-mares - Figura 19 - estão distribuídos em aproximadamente 2,3 km ao longo do litoral, a partir da foz do rio. Compreendem uma barreira de rochas que

formam um arco, sendo preenchidas por areia. A vegetação de restinga é encontrada fragmentada, paralela à linha de costa e, em alguns trechos, chega a desaparecer e reaparecer de forma pontual. Há indícios de que a avenida construída à beira-mar possa ter suprimido parte da vegetação natural.

Figura 19 – Blocos de rocha no quebra-mar na foz do rio Cricaré



Fonte: Acervo Redes de Cidadania

VI ASPECTOS CULTURAIS DA COMUNIDADE

VI.1 Caracterização sociocultural

A região, no período colonial, era um importante entreposto comercial para o estado. As relações socioeconômicas se davam em torno da farinha de mandioca, da abóbora, do comércio de escravizados e da extração de madeira. Nos anos de 1950 houve escassez de madeira e a pesca do camarão sete-barbas passou a ser a principal fonte de renda para a localidade. Portanto, no final dos anos 1950, a área se tornou atrativa para investimentos no setor pesqueiro.

Em 1967, após o Decreto-lei nº 221, de proteção e estímulo à pesca em todo território nacional, houve a facilitação do acesso ao crédito rural e a isenção de

impostos para aquisição de petrechos e equipamentos de pesca. Houve ainda a isenção de imposto de renda (BRASIL, 1967).

Com a política de incentivo à pesca, houve a criação de grandes empresas relacionadas a essa atividade, dentre elas, cabe destaque ao Frigorífico Espiritosantense de Pescado Ltda-FRIESP, Cia. de Pescados de Conceição da Barra Ltda-BARRAPESCA e o Frigorífico Guerra Ltda. Com estas empresas, nos anos 1970, chegaram à região grandes embarcações. Este período é lembrado localmente como o auge da pesca na região, pois garantia empregos diretos e indiretos. Além dos trabalhadores das embarcações, havia ainda uma quantidade significativa de funcionários nas empresas, sobretudo mulheres, trabalhando no beneficiamento do pescado.

Nos anos 1980, a pesca em Conceição da Barra começa a entrar em decadência. As empresas de pesca que se instalaram na região começaram a demitir funcionários e a trabalhar em um ritmo mais lento. Suas embarcações começaram a ter dificuldades para acessar os cais de desembarque dos pescados, pois o rio estava sofrendo um processo de assoreamento e o volume da água impedia a entrada de barcos. De acordo com relatos locais, os barcos ficavam parados esperando aumentar o volume da barra para poderem acessar o rio e descarregar. Enquanto os barcos aguardavam, os funcionários ficavam sem trabalho no interior das empresas, gerando grande prejuízo financeiro. Os relatos ainda apontam o assoreamento do rio como o principal causador da falta de peixes e camarões, os quais, no período "áureo", existiam em abundância.

Com o assoreamento do rio, houve um processo de erosão do bairro Bugia e os pescadores tiveram de se mudar para outras localidades. Nesse processo, houve um movimento de expansão em Conceição da Barra, iniciado nos anos 1980, período em que surgiram novos bairros, a saber: Maria Manteiga, Santo Amaro e Nossa Senhora Aparecida.

VI.2 Principais Patrimônios culturais

Com relação aos patrimônios culturais da comunidade de Conceição da Barra, podemos destacar os materiais e os imateriais. No que diz respeito aos patrimônios materiais, podem ser citados: Antigo Trapiche, Igreja Nossa Senhora da Conceição, a Maria Fumaça, instrumentos de Ticumbi, Antigo Farol e casas na denominada “primeira rua” de Conceição da Barra. Dentre os patrimônios imateriais, consideramos importante elencar os seguintes: Ticumbi, Jongo, Reis de Bois, Folia de Reis, Pastorinhas, Mestre Hermógenes e Batalha do Cricaré.

O Antigo Trapiche foi construído no ano de 1786, e funcionou inicialmente como uma casa comercial. Ele está situado na rua Coronel Oliveira Filho, considerada a mais antiga de Conceição da Barra (PINTO, s.n.t). Atualmente o casarão funciona como Casa de Cultura.

A Igreja Nossa Senhora da Conceição está situada na praça principal e foi erguida na primeira metade de século XIX, no ano de 1812. A Maria Fumaça é uma locomotiva que hoje está exposta também na praça principal de Conceição da Barra. Esta foi anteriormente utilizada para o transporte de madeiras que eram retiradas da Vila de Itaúnas, distrito de Conceição da Barra.

Os instrumentos do Ticumbi são: casaca, pandeiro, tambor, triângulo e bastão, além de outros instrumentos que se encontram disponíveis na Casa da Cultura. Ainda há o uso de vestimentas específicas, como um casaco branco, calça branca e chapéu ornamentado com flores.

Quadro 2 - Programação dos encontros de Jongo, histórico e seus respectivos mestres – continua...

Grupos	Mestres (as)	Histórico/Referência Bibliográfica	Festa
Jongo de São Cosme e Damião	Omara dos Santos Guilherme	*O grupo surgiu em Porto Grande em 2012, sob a liderança da mestra Omara dos Santos Guilherme, filha de Tião de Véio e Maria dos Santos Guilherme.	Cosme e Damião 27 set.
Jongo de São Bartolomeu.	Carmem Jacinta	*A festa é uma tradição que foi passada de geração em geração para “guardiãs” da família de Dona Roxa. Com a casa arrumada, no dia 4 de agosto, Dona Roxa recebe pessoas em sua residência para pagar promessas, fazer visitas e contar histórias.	São Bartolomeu 24 ago.

Quadro 2 - Programação dos encontros de Jongo, histórico e seus respectivos mestres

Grupos	Mestres (as)	Histórico/Referência Bibliográfica	Festa
Escola Deolinda Lajes (bairro Santana Velha) e Escola (Vila de Itaúnas)	Conceição da Barra Congo Mirim	*Este projeto ocorre em parceria com a Rede Municipal de Ensino. O projeto é realizado na Escola Deolinda Lajes, situada no bairro de Santana. Quanto a esta escola, por realizar as atividades relacionadas às práticas tradicionais, é considerada uma “escola quilombola”.	Apresentação em datas variadas.
Jongo de Sant’Ana	Maria Amélia	**O grupo de Jongo de Sant’Ana existe desde o ano de 2013, quando, na data de 29 de dezembro do referido ano, foi batizado na Igreja Católica de Nossa Senhora de Sant’Ana”.	Santa Ana 26 jul.
Jongo de Santa Bárbara	Gessi Cassiano	*A festa de Santa Bárbara ocorre no Quilombo de Linharinho, abrigando 40 famílias que possuem laços de parentesco e consanguinidade. O grupo enaltece os “Nagores”, que constituem um dos maiores grupos étnicos da África Ocidental.	Santa Bárbara 04 a 06 dez.
Jongo de São Benedito e São Sebastião	Benedito Conceição Filho	*O grupo está situado na Vila de Itaúnas. De acordo com algumas memórias levantadas por Silva e Siqueira (2017), “[...] as memórias do mestre da banda evocam a devoção e os festejos realizados para São Benedito desde o ‘tempo do cativoiro’. Segundo Preto Velho, os ‘escravos eram amarrados’, mas tinham os dias de São Benedito para fazerem a ‘festa do santo’”.	São Benedito e São Sebastião 19 e 20 jan.
Jongo de São Benedito das Piabas	Benedito Paixão dos Santos	*Esta festa ocorre na Vila de Barreiras, uma comunidade de pescadores localizada em uma faixa de areia entre o mar e a foz do rio Cricaré. A narrativa sobre Benedito Meia Légua, cultuado na festa, é que ele foi queimado vivo quando dormia em um tronco de árvore oco às margens do rio Angelim. Meia Légua carregava um São Benedito de madeira que, segundo relatos, não foi queimado. “O santo foi encontrado por um ‘escuro’ que pescava no local e doou para o senhor Casimiro”.	São Benedito 2ª semana jan.
Pastorinhas		Trata-se de um folguedo que ocorre no mês de dezembro, no qual 12 meninas vestidas de pastorinhas cantam e dançam ao som do bandolim, flautas e violões. Nesta festividade anuncia-se o nascimento de Cristo.	24 de dezembro e 6 de janeiro.
Alardo		Trata-se da representação da luta entre mouros e cristãos. A teatralização é inspirada nas conquistas do Reino de Portugal, no século XV. Nesta festividade homenageia-se São Sebastião.	19 de janeiro.
Reis de Bois		Esta festividade representa o nascimento de Cristo. Os integrantes do Reis de Bois saem pelas ruas ao som de sanfona, pandeiros e violões. Os moradores ficam com as portas fechadas e, ao som da música, abrem para receber os integrantes do cortejo. Corteja-se a morte do boi e o aparecimento da loba e do lobisomem.	6 de janeiro e 3 de fevereiro.

Fonte: GUIMARÃES (2017)

As principais atividades culturais identificadas na região são: Jongo, Ticumbi, Festa de São Benedito, Pastorinhas e procissão dos barcos no final de ano, junto

à Festa de São Benedito. No dia 30 de dezembro acontece uma festa com forró, vinculada às comemorações de São Benedito e, ao final, já na parte da manhã, o forró se encerra após o "mestre" sinalizar que é o fim. Neste momento os barcos saem em direção a Piabinha para buscar São Beneditinho, que fica com Benedito Meia Léguas (imagem de São Benedito pequena que tem um longo histórico e está na comunidade de Barreiras), para trazê-lo até a Igreja da praça central de Conceição da Barra. Os instrumentos utilizados nos eventos festivos são: casaca, tambor, triângulo e pandeiro. Além das atividades relacionadas ao Ticumbi, a região possui as seguintes atividades: Reis de Bois, Alardo, Jongo, Pastorinhas e Carnaval.

VII RELAÇÕES SOCIOPOLÍTICAS DA COMUNIDADE PESQUEIRA

A organização social, sob a perspectiva antropológica, leva em consideração o modo como o grupo se organiza a partir de relações baseadas em sexo/gênero, idade, parentesco, relações de trabalho, atividades recreativas e crenças (Firth, 1974). Os aspectos mencionados são importantes na constituição de um sistema de valores que define padrões de comportamento a serem observados pelos membros. Este direcionamento teórico-metodológico é importante para que se possa compreender os diferentes aspectos que tornam a comunidade pesqueira de Conceição da Barra organizada e quais elementos, internos e externos a ela, representam rupturas.

Em entrevistas realizadas, identificou-se que, após o rompimento da barragem de Mariana/MG, no ano de 2015, muitos moradores e não moradores da comunidade, que não eram pescadores, pressionaram os responsáveis pela associação para que estes autorizassem o Registro Geral da Atividade Pesqueira-RGP, a fim de que pudessem receber a indenização paga pelas mineradoras Samarco, Vale e Billiton BHP aos pescadores atingidos pelos efeitos dos rejeitos de minério despejados no Rio Doce e na costa Norte. Este fato produziu desconfiança na comunidade em relação às instâncias locais e regionais de representação da pesca. A comunidade conta com cinco associações de pesca e estas travam uma grande disputa política em virtude das indenizações envolvendo os afetados pelo rompimento das barragens.

Outro fator que tem gerado disputa política na comunidade se refere ao uso do entreposto de pesca, que, em administração anterior, fora prejudicado por problemas de gestão, ocasionando o corte do abastecimento de energia e endividamento com a empresa fornecedora. Uma solução que está à vista para resolver o abastecimento de energia é a instalação de um sistema fotovoltaico, adquirido como compensação ambiental dos impactos gerados pela pesquisa Sísmica 4D feita pela Petrobras na região.

Em trabalho de levantamento de lideranças na comunidade foram realizadas entrevistas e reuniões. As reuniões realizadas na comunidade levantaram lideranças por meio de convocação entre os que estavam presentes. Nas entrevistas, identificamos como potenciais líderes, os pescadores que são mais expressivos na comunidade, pela relação com a pesca e com a própria comunidade. Após este levantamento, foi proposto que algumas novas lideranças fossem inseridas nos Grupos de Ação Cidadã-GACs, complementando as que já haviam sido selecionadas.

Segue abaixo o quadro das lideranças levantadas:

- Liderança comunitária formal:
 - *Luciara Ferreira da Silva - Luciara da Pesca;*
 - *Vanderlei Hortêncio do Sacramento;*
 - *Leandro Paranaguá Albuquerque;*
 - *Adriano - Bibi;*
 - *Tânia;*
 - *Ademilsom Machado - Sigão;*
 - *Aroldo Paranaguá - Gerente de pesca e membro do GAC;*
 - *Gilmara Cunha Paranaguá - membro do GAC.*

- Lideranças comunitárias informais:
 - *Jossuê Gomes Viana - pescador e membro do GAC;*
 - *Fabio Ferreira - pescador e membro do GAC;*
 - *Rogério dos Santos - pescador e membro do GAC;*
 - *Venâncio Rufino - pescador e membro do GAC.*

- Lideranças femininas:
 - *Maria José Celestino - membro do GAC;*
 - *Elinete Ferreira Bento - membro do GAC;*
 - *Arliane Nunes Ramos - membro do GAC;*
 - *Leila Vasconcelos - membro do GAC;*
 - *Josenilda - membro do GAC;*
 - *Calisandra - membro do GAC;*
 - *Vera Lucia - membro do GAC.*

- Lideranças jovens:
 - *Daniel Venência - membro do GAC;*
 - *Leandro dos Santos Viana Claudiano - membro do GAC;*
 - *Luan filho do Sr Zezinho - Nova Esperança - membro do GAC.*

VIII REFERÊNCIAS

BARRETO FILHO, H. T. Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. In: ADAMS, Cristina.; MURRIETA, Rui.; NEVES, Walter. (orgs.). **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: FAPESP; Annablume. p.109-143, 2006.

BECKER, Howard S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. São Paulo: Vozes, 2003.

BRASIL, Decreto-lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 28 fev. 1968. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 26 mai. 2019.

CALEGARE, M. G. A.; HIGUCHI, M. I. G.; BRUNO, A. C. dos S. **Povos e comunidades tradicionais: das áreas protegidas à visibilidade política de grupos sociais portadores de identidade étnica e coletiva**. Ambient. soc. [online]. 2014, vol.17, n.3, pp.115-134.

CAMPOS, Marília Andrade Torales; MORAIS, Josmaria Lopes de; VIEIRA, Solange Reiguel. **Técnicas participativas em um processo de construção coletiva de uma ferramenta para a educação ambiental**. Revista Educação Ambiental em Ação. Número 56, Ano XV. Junho-Agosto/2016, s/p. Disponível em <http://revistaea.org/artigo.php?idartigo=2353>. Acesso em 26/05/2020.

DELORY-MOMBERGER, Christine. Abordagens metodológicas na pesquisa biográfica. **Revista Brasileira de Educação**, v. 17, n. 51, set./dez. 2012.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana **O mito moderno da natureza intocada**. 5. ed. São Paulo: Hucitec; NUPAUB, 2004.

_____. **Povos e Mares: leituras em sócio antropologia marítima**, Nupaub, São Paulo, 1995.

_____. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: VIEIRA, Paulo Freire; WEBER, Jacques. (orgs.) **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez Editora, 1996.

ESPÍRITO SANTO. **Shapefiles do estado do Espírito Santo**, GEOBASES. Mar. 2018 Disponível em: <<https://geobases.es.gov.br/links-para-mapas1215>> Acesso em: 12 mar. 2018.

FERNANDES, Margareth Maria Sales. 2007. 198 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

FIRTH, Raymond. **Elements of social organization**. Londres: Watts [Publicado em português em FIRTH, Raymond. 1974. *Elementos da organização social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

FITZ, Paulo Roberto. **Geoprocessamento sem complicação**. Oficina de textos, 2009.

FLICK, Uwe. Triangulation in Qualitative Research. In. FLICK, Uwe; KARDORFF Ernst von; STEINKE, Ines (eds.). **A Companion to Qualitative Research**. Sage: Londres, 2005. pp. 178-183.

FOX, Jefferson. *et al.* O Poder de Mapear: efeitos paradoxais das tecnologias de informação espacial. In: ACSELRAD, Henri. **Cartografias Sociais e Território**, IPPUR. Rio de Janeiro, 2008.

GATTI, Bernardete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em Ciências sociais e humanas**. Brasília: Líber Livro, 2005.

GARFINKEL, H. **Studies in ethnomethodology**. 2. ed. Londres: Routledge Press. Portuguese translation by Editora Vozes, 2018.

GUIMARÃES, A. A.; Oliveira, O. M. (orgs.). **Jongos e Caxambus: culturas afro-brasileiras no Espírito Santo**. Vitória, UFES, Proex, 2017.

GIUMBELLI, Emerson. Para além do "trabalho de campo": reflexões supostamente malinowskianas. **Revista brasileira de Ciências Sociais**. [online]., vol. 17, no. 48. 2002

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vertice, 1990.

INCAPER. **Programa de assistência técnica e extensão rural proater 2011 – 2013**. Governo do Espírito Santo. Vitória, 2011.

IBGE. **IBGE | Biblioteca | Detalhes | Conceição da Barra**. Ibge.gov.br. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=31246&view=detalhes>>. Acesso em: 17 Nov. 2020.

IBGE. **Arquivos Shapefile**. Espírito Santo, 2010. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/downloads-geociencias.html>>. Acesso em: 12 de mar. de 2019.

INGOLD, Tim. **Evolutionary Models in the Social Sciences**. Cultural Dynamics, 4, p. 355-378, 1991.

_____. A evolução da sociedade. In: FABIAN, Andrew C. (org.). **Evolução: sociedade ciência e universo**. Bauru (SP): EDUSC. pp. 107-131, 2003.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: Editora 34. 1994.

LIMONAD, Ester. Urbanização dispersa mais uma forma de expressão urbana? **Revista Formação**, São Paulo, v. 1, n. 14, p. 31-45, 2007.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernanrdo. Premissas teóricas para uma educação ambiental transformadora. **Revista Ambiente e Educação**, Rio Grande, v.8, n.1, p.37-54, Jan./Jun. 2004.

_____. (org.) **A questão ambiental no pensamento crítico: natureza, trabalho e educação**. Rio de Janeiro: Quartet, 2007.

_____. Educação ambiental e educação para o desenvolvimento sustentável: polêmicas, aproximações e desafios. In: LOUREIRO, Carlos Frederico B. e LAMOSA,

Rodrigo. **Educação ambiental no contexto escolar**: um balanço crítico da década da educação para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Quartet; CNPq, 2015.

MARTIN, L., SUGUIO, K., DOMINGUEZ, J. L. M. & FLEXOR, J-M. **Geologia do Quaternário costeiro do litoral norte do Rio de Janeiro e do Espírito Santo**. Belo Horizonte, CPRM/FAPESP. 112p. 1997.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, v. 5, n.10, pp. 200-215. 1992.

RABELO, L. R. **A pesca de camarão em Conceição da Barra, ES, como um estudo multidisciplinar do colapso de um sistema pesqueiro, 2006**. Monografia (Graduação em Oceanografia) – Departamento de Ecologia e Recursos Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2006.

SILVA, Regina.; JABER-SILVA, Michelle. O mapa social e a educação ambiental, diálogos de um mapeamento participativo no Pantanal, Mato Grosso, Brasil. **Revista de Educação Pública**, v. 24, n. 55, p. 201-221, 2015.

SPENCER, Herbert. **Do progresso sua lei e sua causa**. Lisboa: Inquérito, 1939.

TAKAKI, Emika; REGINENSI, Caterine. **Mapa da Memória**: Vale Encantado. 2010. (Cartas, mapas ou similares/Mapa).

THIBAUD, Jean-Paul. L'horizon des ambiances urbaines. In: **Communications**, 73, 2002. Manières d'habiter, sous la direction de Philippe Bonnin. pp. 185-201. 2002.

THOMAS, William Isaac; ZNANIECKI, Florian. **El Campesino Polaco en Europa y en América**. Madri: Boletim Oficial del Estado/Centro de Investigaciones Sociológicas, 2006.

VALE, C. C. **Séries geomórficas costeiras do estado do Espírito Santo e os habitats para o desenvolvimento dos manguezais: uma visão sistêmica**. São Paulo, 2004, 386 f. Tese (Doutorado em Geografia Física) Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

XAVIER-DA-SILVA, Jorge. **Geoprocessamento para análise ambiental**: Aplicações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

IX APÊNDICES

APÊNDICE A - TERMO DE REFERÊNCIA PARA LEVANTAMENTO DE DADOS EM PESQUISA DE CAMPO

INTRODUÇÃO

O presente termo de referência objetiva a parametrização do levantamento de dados das comunidades pesqueiras. O relatório deverá ser apresentado de forma objetiva e adequada à sua compreensão. As informações devem ser fornecidas em linguagem acessível, ilustradas por mapas, cartas, quadros, gráficos e demais técnicas de comunicação visual, de modo que se possa compreender a área estudada e deverá contemplar os seguintes aspectos:

CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE

Este item tem como finalidade realizar uma caracterização geral da comunidade, incluindo: descrição da localização da comunidade em relação ao município, breve histórico de formação territorial e seu contexto de inserção. Descrição do número de pescadores cadastrados nas respectivas colônias e associações, identificação dos “pescadores de fato”, localização das moradias ou minimamente uma referência de localização - bairro, rua, ponto de referência.

Também pretende-se levantar as principais áreas de interesse na comunidade de pescadores: pontos de embarque e desembarque dos pescadores; áreas de atuação - marítimas, costeiras e terrestres - das atividades pesqueiras; locais de concentração e convívio dos pescadores em terra; localização das residências dos pescadores.

Metodologia:

- Realização de entrevista com pescadores artesanais. Os dados que deverão ser obtidos por meio de entrevista são:
- O histórico de formação da comunidade de pesca artesanal - análise e levantamento de semelhanças nos discursos de cada pescador entrevistado;
- Os acessos principais e alternativos à comunidade;
- Número de pescadores “de fato” e quantos estão cadastrados na colônia ou associação, segundo o pescador - conferir com dados de instituições posteriormente;
- Endereço de residência ou referência de localização da residência;
- Identificação dos pontos de embarque e desembarque, áreas de atuação das atividades pesqueiras. A marcação deverá ser realizada pelo pesquisador em um mapa físico pré-elaborado, em tamanho A4, de acordo com o indicado pelo pescador;
- Análise *in loco*, com registro fotográfico, das áreas de embarque e desembarque pesqueiro de maior frequência e que podem ser identificadas por observação. O registro fotográfico deverá conter as referências de coordenadas geográficas - ativar função de GPS/localização da câmera ou do celular - que possibilitem a posterior marcação em um programa SIG-QGIS ou ArcGIS).

Evidências coletadas:

- Gravações (áudio/vídeo) das entrevistas com pescadores;
- Mapas-base com desenhos elaborados pelos pescadores;
- Registro fotográfico;
- Dados de GPS.

Produtos:

1. Relatório contendo a descrição dos dados levantados referente ao item em questão;
2. Mapa de localização da comunidade contendo: limites municipais, limites das comunidades rurais, limites de bairros, limite das áreas urbanizadas, identificação das principais vias;
3. Mapa da localização de pontos de referência histórica da formação territorial da comunidade, áreas de ocorrência de eventos importantes da comunidade que contribuíram para formação da comunidade de pescadores;
4. Mapa de acesso à comunidade;
5. Mapa com a localização das residências dos pescadores;
6. Mapa das áreas de embarque e desembarque dos pescadores artesanais;
7. Mapa das áreas de atividade pesqueira - marítima, costeira e terrestre.

USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

O item de uso e ocupação do solo tem o objetivo de analisar e caracterizar a estrutura/forma/tipo de ocupação e desenvolvimento do solo urbano e rural, no qual as comunidades se inserem. Tal análise se baseia na identificação das zonas de predominância de tipologias construtivas, considerando a estrutura da malha urbana - continuidade/descontinuidade, integração/segregação - e na identificação de áreas que apresentem algum tipo de precariedade urbana - falta de infraestrutura, tipologia construtiva das edificações.

Também é pretendido caracterizar a estrutura atual de uso e ocupação do solo, indicando as zonas de predominância de uso, predominância de gabarito - quando existir edificação destoante do entorno -, núcleos de concentração de atividades não residenciais e de impacto nas atividades de pesca artesanal, indicando o perfil de tais atividades - porte, tipo, localização, existência de EIV/EIA/RIMA, etc.

Ainda neste mesmo item se propõe a avaliação das possíveis transformações urbanísticas induzidas por fatores externos não controlados pela comunidade ou pela municipalidade - adensamento, uso e ocupação do solo, estratificação social, atração de pessoas, oferta de trabalho, dentre outras -, provenientes da implantação de empreendimentos no entorno da comunidade.

Por fim, propõe-se a análise das áreas de possível valorização imobiliária e do território quanto aos conflitos com empreendimentos de naturezas diversas às comunidades de pesca artesanal.

Metodologia:

- Realização de entrevista com pescadores artesanais. Os dados que deverão ser obtidos por meio de entrevista são:
- Conflitos da comunidade de pesca artesanal com empreendimentos de natureza diversa que se instalaram na comunidade ou que estão em vias de implantação, como: áreas de pesca perdidas, ocupação de território pela indústria que induziu a saída dos moradores do local, entre outros;
- Percepção do pescador sobre o processo de urbanização da comunidade, como: a) períodos de crescimento acelerado, b) intensificação de ocupações do solo formais ou informais, c) empobrecimento da população mais antiga em favor de uma nova população que se instalou a curto ou médio prazo;
- Percepção do pescador quanto às possibilidades de emprego na região, empresas da região que geram maior possibilidade de emprego para os

pescadores ou para a comunidade em geral, ou pescadores que enriqueceram e contrataram pescadores artesanais;

- Percepção de marcos urbanos e paisagísticos e nós urbanos - pontos de parada cotidianos e de realização de atividades diversas;
- Análise e mapeamento da evolução urbana por meio de imagens aéreas ao longo dos anos. As imagens serão adquiridas através das diversas plataformas disponíveis: IJSN, Geobases, Google, INCAPER;
- Análise e mapeamento da estrutura da malha urbana, por meio de observação e registro fotográfico, observando os seguintes pontos: Continuidade e descontinuidade da mancha urbana;
- Áreas com predominância de precariedade - encostas de morros, margens de corpos hídricos, tipologia construtiva de má qualidade, edificações em estágios de degradação, falta de infraestrutura como água, esgoto, iluminação pública, entre outros;
- Áreas de predominância de uso não residencial - comércio, serviço, indústria -, por zonas de predominância e possíveis conflitos gerados. O levantamento do referido dado deverá ser acompanhado por registro fotográfico que comprove as zonas de predominância de uso;
- Atividades industriais ou empreendimentos de natureza geral que impactam o cotidiano da comunidade, caracterizando por porte, tipo e localização.

Evidências coletadas:

- Gravações (áudio/vídeo) das entrevistas com pescadores;
- Registro fotográfico.

Produtos:

1. Relatório contendo a descrição dos dados levantados referente ao item em questão;
2. Mapa de zonas de predominância de uso e conflitos;
3. Mapa da estrutura da malha urbana;
4. Mapa das áreas de risco;
5. Mapas de ocupação informal e precárias;
6. Mapa de percepção ambiental com a definição dos percursos, nós e marcos indicados pelos pescadores;
7. Mapa de áreas de valorização imobiliária e conflitos;
8. Mapa de conflitos entre comunidade pesqueira e empreendimentos de natureza geral.

QUALIDADE AMBIENTAL

O item de qualidade ambiental tem o objetivo de avaliar a qualidade das áreas ambientais dentro e no entorno da comunidade de pescadores, considerando os aspectos físicos do relevo, hidrografia, vegetação e solo e também das transformações na paisagem, responsáveis por alterar as formas e processos dos elementos naturais.

Também pretende-se caracterizar as áreas ambientais sensíveis no entorno da comunidade, assim como as áreas de preservação - Reservas Ecológicas, APAs, UCs, etc. - e os impactos que estas vêm sofrendo ao longo do tempo.

Por fim, pretende-se comparar as áreas ambientais previstas no PDM do município e no mapeamento do uso do solo disponível no IJSN - caso a primeira não esteja disponível ou acessível - com o atual estado dessas áreas, avaliando se ocorreu a preservação das mesmas ou não.

Metodologia:

- Realização de entrevista com pescadores artesanais. Os dados que deverão ser obtidos por meio de entrevista são:
- Indicação dos pescadores de como as áreas ambientais eram em relação a como estão hoje;
- Indicação das mudanças ocorridas na vegetação e nos recursos hídricos;
- Identificação dos impactos ambientais e suas consequências nas atividades dos pescadores;
- Identificar quais foram os principais atores que causaram impactos ambientais;
- Análise da base de dados oficial identificando quais áreas ambientais estão mapeadas para verificação de correspondência em campo;
- Áreas ambientais mapeadas em PDM, base cartográfica do IJSN.

Evidências Coletadas:

- Entrevistas com pescadores;
- Fotografias das áreas ambientais;
- Mapas-base com desenhos elaborados pelos pescadores.

Produtos:

1. Relatório contendo os dados levantados referentes aos itens em questão;
2. Mapeamento das áreas de fragilidade ambiental no entorno da comunidade;
3. Mapeamento dos recursos hídricos de pequeno porte não identificados na base oficial;
4. Levantamento de dados para o Mapa socioambiental - Mapa síntese com os desenhos que os pescadores fizeram no campo – mapa participativo.

MOBILIDADE URBANA

O item que trata sobre a mobilidade urbana das comunidades tradicionais objetiva a caracterização da infraestrutura viária da localidade, por meio da descrição das principais vias de acesso - arteriais e coletoras -, da intensidade de fluxos, dos principais meios de transporte da comunidade, pontos de ônibus e transporte coletivo, da identificação dos principais fluxos de deslocamento viário - trabalho e residência - e condições de infraestrutura das calçadas.

Através da análise e caracterização das infraestruturas de mobilidade urbana, pode-se entender o padrão de vida da comunidade e em qual contexto socioeconômico a mesma se insere. As relações entre os deslocamentos, pontos de parada e principais rotas de passagem, podem demonstrar a dinâmica local da comunidade pesqueira e como essa se dá no território.

Metodologia:

- Realização de entrevistas com pescadores artesanais. Os dados que deverão ser obtidos por meio de entrevista são:
- Indicação de percursos realizados no cotidiano, pontos de parada - bar, mercado, pracinhas, etc;
- Indicação dos principais meios de transportes utilizados para locomoção cotidiana;
- Percepção do pescador quanto as distâncias percorridas entre os locais de moradia e trabalho;
- Percepção da qualidade da infraestrutura viária e de mobilidade urbana - faltam equipamentos? Faltam pontos de ônibus? Qual a frequência de passagem de transporte coletivo?;

- Análise e mapeamento das condições de infraestrutura das calçadas segundo as normas vigentes (NBR 9050/2015).

Evidências coletadas:

- Gravações - áudio/vídeo - das entrevistas com pescadores;
- Registro fotográfico.

Produtos:

1. Relatório contendo a descrição dos dados levantados referente ao item em questão;
2. Mapa de Hierarquia viária;
3. Mapa de pontos de parada de transporte coletivo;
4. Mapa de Intensidade de fluxos - Carros, motos, bicicletas e pedestres;
5. Mapas de conflitos entre mobilidade e escoamento de produção da cadeia produtiva da pesca - localização da fábrica de gelo.

MAPEAMENTO SOCIOAMBIENTAL

Coleta preliminar de informações cartográficas com os pescadores para criar um banco de dados para o mapeamento participativo com pescadores: mapa socioambiental e mapa social. A metodologia está alinhada com as entrevistas semiestruturadas que serão realizadas pelo grupo sócio-antropológico, juntamente com o material de base cartográfica para que os próprios entrevistados possam representar espacialmente os seguintes itens:

Atividades extrativistas;
Manuseio de plantas;
Relações afetivas;
Conflitos Ambientais;
Circulação, trilhas e trajetos.

Também será realizado um mapeamento dos pontos de referência visuais utilizados por pescadores tradicionais para sua localização no mar. Para tal, o mapeamento envolverá: Elaboração de polígono com os nomes dos mares e o nome dos pontos de referência na paisagem terrestre - morros. A metodologia deve ser aplicada às comunidades da Grande Vitória e Aracruz. Nas demais comunidades, deve ser verificado se há uma forma semelhante de referência espacial.

Serão identificadas outras formas de localização do ponto em que o pescador se encontra durante a pesca, como localizar os corais – cascalhos - e áreas mais profundas, a partir do uso de pesos em linhas, por exemplo, quando o tempo está “fechado” e somente a referência visual não basta para identificar sua localização.

Também serão realizados mapas síntese das informações de todas as comunidades, apresentando as características comuns entre elas e no que elas diferem, como a quantidade total de pescadores; percentual de pescadores em relação à população total do município; quantidade de embarcações, etc. Esses mapas serão produzidos *a posteriori* quando as informações de campo forem sintetizadas.

Metodologia:

- Realização de entrevistas com pescadores artesanais. Os dados que deverão ser obtidos por meio das entrevistas são:

- Registros dos itens supracitados, cartografados pelos pescadores, referentes à cartografia socioambiental;
- Utilização de mapa-base para que o próprio pescador possa fazer as representações no território;
- Registro da fala dos pescadores, indicando elementos importantes que possam ser espacialmente georreferenciados, mas que envolvem outra escala de abrangência.

Evidências coletadas:

- Gravações - áudio/vídeo - das entrevistas com pescadores;
- Registro fotográfico;
- Mapas-base com desenhos elaborados pelos pescadores.

Produtos:

1. Relatório descritivo contendo os dados coletados, juntamente com os mapas anexados com a contribuição dos pescadores;
2. Mapa de localização dos mares;
3. Registro fotográfico de instrumentos utilizados para localização no mar;
4. Registro do nome dos morros e seus alinhamentos;
5. Mapa socioambiental - trabalhado *a posteriori* em ambiente SIG:
 - 5.1. Áreas de pesca;
 - 5.2. Áreas de conflito;
 - 5.3. Referências de localização dos mares.
- 5.4. Demais informações relatadas pelos pescadores que se distribuem espacialmente no território.

EQUIPAMENTOS URBANOS, ÁREAS DE USO COMUM E INFRAESTRUTURA URBANA

O item objetiva a caracterização dos equipamentos urbanos e áreas de uso da comunidade, bem como a indicação das condições de infraestrutura dos equipamentos e áreas de sociabilidade, sua localização e horários de uso predominantes. Também deve indicar quais são os espaços de lazer formais e informais.

Realiza a análise das condições de infraestrutura urbana básica, como: abastecimento de água potável, energia elétrica, serviços de telecomunicações, serviços de coleta e tratamento de esgoto e rede de drenagem pluvial.

Levanta/atualiza as condições em que os PCAPs implantados nas comunidades se encontram, informando sua localização, estado de funcionamento, degradação, entre outros.

O item deve destacar/levantar quais patrimônios históricos apresentam maior relevância para comunidade de pescadores.

Metodologia:

- Realização de entrevistas com pescadores artesanais. Os dados que deverão ser obtidos por meio das entrevistas são:
- Identificação, em mapa, dos locais de socialização ou/e atividades sociais da comunidade;
- Informações sobre horários predominantes de uso dos equipamentos;
- Identificação da frequência de utilização dos equipamentos;
- Identificação da qualidade de infraestrutura dos PCAPs segundo o pescador.

Evidências coletadas:

- Gravações - áudio/vídeo - das entrevistas com pescadores;
- Registro fotográfico.

Produtos:

- Relatório contendo a descrição dos dados levantados referentes ao item em questão;
- Mapa de equipamentos urbanos - UPAs, Escolas, CRAS, Projeto Tamar, Associações, Prefeituras, entre outros;
- Mapa das áreas de sociabilidade, espaços de lazer;
- Mapa de patrimônio histórico;
- Mapa de infraestrutura - água, energia, telecomunicações, esgoto, drenagem, entre outros.

ITENS PARA O DIRECIONAMENTO DA PESQUISA SOCIOANTROPOLÓGICA

- Levantamento de lideranças formais, feminina e jovem;
- Levantamento das relações sociopolíticas das comunidades;
- Levantamento das relações sociais estabelecidas no território para que estas possam dar subsídio para a elaboração do mapa social;
- Levantamento das relações socioambientais;
- Levantamento de atividades culturais;
- Levantamento de conflitos socioambientais;
- Levantamento de órgãos de interesse da comunidade;
- Levantamento de informações para dar suporte ao mapa social e político de cada comunidade;
- Levantamento de informações para elaboração do mapa socioambiental;
- Método: Conversas com pescadores e familiares de pescadores e realização de entrevistas semiabertas.

Pontos norteadores das entrevistas:

SOCIOECONOMIA

- Ocupação (Emprego);
- Características familiares;
- Turismo;
- Atividades econômicas;
- Setores econômicos;
- Renda;
- Educação;
- Saúde;
- Perfil da Comunidade Pesqueira.

POLÍTICAS SOCIAIS

- Saúde;

- Educação;
- Assistência Social;
- Geração de emprego e renda;
- Mulher;
- Racial;
- Quilombola;
- Populações e territórios tradicionais;
- Criança e Juventude;
- Turismo;
- Cultura;
- Esporte e Lazer.

CULTURA:

- Festividades;
- Música;
- Religiosidade;
- Tradição oral;
- Ritos, rituais e lendas;
- Iconografia;
- Identidade;
- Práticas cotidianas.

RELAÇÕES SÓCIO POLÍTICAS:

- Lideranças comunitárias formais;
- Lideranças comunitárias informais;
- Lideranças femininas;
- Lideranças jovens;
- Cadeias de reputação;
- Relações de Parentesco;
- Relações institucionais;
- Mobilização coletiva;
- Conflitos sociopolíticos.

RELAÇÕES DE TRABALHO:

- Divisão sexual do trabalho;
- Infância e juventude;
- Trajetória profissional;
- Horizonte de oportunidades.

CARTOGRAFIA SOCIAL:

- Parentesco;
- Pertencimento;
- Memória.

RELAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS:

- Atividades extrativistas;
- Manuseio de plantas;
- Relações afetivas;
- Conflitos.

GÊNERO:

- Divisão Sexual do Trabalho;
- Relações Familiares e de gênero;
- Violências;
- Papeis sociais e sua divisão;
- Conflitos de gênero.

MULHERES:

- Poder de decisão;
- Participação religiosa;
- Educação.

FAMÍLIA:

- Estado civil;
- Profissão do marido/esposa;
- Prole;
- Renda;
- Participação na renda familiar;
- Quantas pessoas na família contribuem com a renda familiar.

TRABALHO:

- Início na atividade;
- Tipo;
- Atribuição na atividade;
- Trabalhos além da atividade;
- Relações entre pares;
- Nível de satisfação com o que faz.

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA:

- Participação na associação de pescadores - tomada de decisões;
- Ocupação de cargos na colônia ou associação de pescadores;
- Pertencimento a partido político, grupos religiosos, associação de moradores etc.

DIREITOS RELACIONADOS À PROFISSÃO:

- Seguro defeso;
- Aposentadoria.

INFÂNCIA E JUVENTUDE:

- Socialização;
- Violências;
- Educação;
- Cultura e lazer;
- Religião;
- Perspectiva de futuro;
- Espaços de sociabilidade.

APÊNDICE B - ROTEIRO DE PESQUISA. GUIA DE PERGUNTAS AOS PESCADORES.

1. CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE

1.1 - O histórico de formação da comunidade de pesca artesanal - análise e levantamento de semelhanças nos discursos de cada pescador entrevistado.

Pergunta:

O senhor poderia falar um pouco sobre a história de como começou a comunidade. Quem foram os primeiros a chegar, onde começaram a morar/construir suas casas?

1.2 - Os acessos principais e alternativos à comunidade.

O acesso à comunidade é só pela rodovia ou tem algum caminho diferente que se consegue chegar até aqui?

1.3 - Número de pescadores “de fato” e quantos estão cadastrados na colônia ou associação, segundo o pescador - conferir com dados de instituições posteriormente.

Antigamente existia cerca de quantos pescadores aqui na comunidade? E hoje, quantos pescam?

1.4 - Endereço de residência ou referência de localização da residência.

O(a) senhor(ra) poderia nos dar seu endereço?

1.5 - Identificação dos pontos de embarque e desembarque, áreas de atuação das atividades pesqueiras. A marcação deverá ser realizada pelo pesquisador em um mapa físico pré-elaborado, em tamanho A4, de acordo com o indicado pelo pescador.

O desembarque do pescado é feito onde? Poderia mostrar aqui no mapa onde se encontram os locais de embarque e desembarque? Onde ficam atracados os barcos?

2. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

2.1 - Conflitos da comunidade de pesca artesanal com empreendimentos de natureza diversa que se instalaram na comunidade ou que estão em vias de implantação, como: áreas de pesca perdidas, ocupação de território pela indústria que induziu a saída dos moradores do local, entre outros.

Existe alguma empresa aqui por perto? Indústria, pesca industrial, Petrobras com plataformas de petróleo no mar? Esses empreendimentos mudaram a vida do(a) senhor(a)? Trouxeram alguma transformação depois que se instalaram? Como é pesca com estas empresas aqui?

2.2 - Percepção do pescador sobre o processo de urbanização da comunidade, como: a) períodos de crescimento acelerado, b) intensificação de ocupações do solo formais ou informais, c) empobrecimento da população mais antiga em favor de uma nova população que se instalou a curto ou médio prazo.

Como era a comunidade quando o senhor(a) começou a pescar e como é hoje? Como está a comunidade/pescadores e familiares hoje?

2.3 - Percepção do(a) pescador(a) quanto às possibilidades de emprego na região, empresas da região que geram mais oportunidades de trabalho para os pescadores ou para a comunidade em geral.

Existem muitos empregos para os pescadores e familiares na região? Como que está o emprego na região?

2.4 - Percepção de marcos urbanos e paisagísticos e nós urbanos - pontos de parada cotidianos e de realização de atividades diversas.

Quais lugares aqui da região o senhor acha importante para os pescadores? Existe alguma paisagem que é importante para os pescadores? Quais lugares o senhor costuma parar e ficar um tempo?

2.5 - Indicação de percursos realizados no cotidiano, pontos de parada - bar, mercado, pracinhas, etc.

Qual a rota que o senhor costuma fazer durante a semana? Da sua casa até ir para o mar? Poderia me mostrar aqui no mapa?

2.6 - Indicação dos principais meios de transporte utilizados para locomoção cotidiana.

E o senhor usa que tipo de transporte para se locomover? Ônibus, moto, carro, bicicleta?

2.7 - Percepção do pescador quanto as distâncias percorridas entre os locais de moradia e trabalho.

Quanto tempo o senhor leva da sua casa até o trabalho? O que o senhor pensa sobre a distância entre sua casa e o local de trabalho?

2.8 - Percepção da qualidade da infraestrutura viária e de mobilidade urbana - faltam equipamentos? Faltam pontos de ônibus? Qual a frequência de passagem de transporte coletivo?

O que o senhor acha da qualidade dos ônibus, dos pontos de ônibus e das ruas? O que o senhor gostaria que mudasse? Quais os horários dos ônibus que passam aqui? Eles passam no horário?

3. EQUIPAMENTOS URBANOS, ÁREAS DE USO COMUM E INFRAESTRUTURA URBANA

3.1 - Identificação, em mapa, dos locais de socialização e/ou atividades sociais da comunidade.

O senhor usa (nome do equipamento em questão nas proximidades)? E outras pessoas, o senhor vê por aqui? É um local de movimento? Como é durante a noite?

3.2 - Informações sobre horários de uso predominante dos equipamentos.

Qual o horário que o senhor percebe em que as pessoas mais utilizam (nome do equipamento em questão nas proximidades)

3.3 - Identificação da frequência de utilização dos equipamentos.

Qual a frequência de utilização deste equipamento? O senhor vem frequentemente? E quanto a outras pessoas?

3.4 - Identificação da qualidade de infraestrutura dos PCAPs segundo o pescador.

O (Falar o nome do PCAP: exemplo: fábrica de gelo...) atende bem as necessidades da comunidade de pescadores? Como está a qualidade da instalação? E a localização? Poderia nos falar o que o PCAP trouxe de bom para comunidade? O que não trouxe?

4. QUALIDADE AMBIENTAL

4.1 - Indicação dos pescadores de como eram as áreas ambientais em relação a como estão hoje.

Como era a vegetação aqui na comunidade há X anos atrás?

4.2 - Indicação das mudanças ocorridas na vegetação e nos recursos hídricos.

Quais foram as mudanças que aconteceram com as áreas ambientais? A restinga e o manguezal iam até onde?

4.3 - Identificação dos impactos ambientais e suas consequências nas atividades dos pescadores.

Essas mudanças (colocar o que o pescador respondeu na outra pergunta) alteraram a rotina de vocês? Quais foram as consequências (dessas mudanças)?

4.4 - Identificar quais foram os principais atores que causaram impactos ambientais.

Qual (empresa, instituição, pessoa, grupo) foi responsável por causar esse impacto?

APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-TCLE**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)****“Projeto Redes de Cidadania”****Responsáveis pela pesquisa: Viviane Mozine Rodrigues e Augusto César Salomão Rodrigues.****“Universidade de Vila Velha”**

Este documento que você está lendo é chamado de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Ele contém explicações sobre o estudo que você está sendo convidado a participar. Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida participar, você será solicitado a assiná-lo e receberá uma via do mesmo. Antes de assinar faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. A equipe deste estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo). Sua participação é voluntária, o que significa que você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade, bastando para isso entrar em contato com um dos pesquisadores responsáveis.

Essa pesquisa procura mobilizar, organizar e integrar as comunidades de pescadores e marisqueiras artesanais do centro-norte capixaba dando formação e fortalecendo as ações nos eixos de Economia Solidária e Geração de Trabalho e Renda (GTR), Licenciamento Ambiental e Letramento Digital. Caso decida aceitar o convite, você será submetido(a) ao(s) seguintes(s) procedimentos: entrevista com foco em questões sócio antropológicas, socioambientais e urbano territoriais relacionadas as comunidades de pesca artesanal da região e da própria região em si.

Os riscos envolvidos com sua participação são: a divulgação de informações com base nas gravações, entrevistas e fotografias. Tais riscos serão minimizados através das seguintes providências: sigilo da identidade das fontes das quais as informações foram adquiridas. Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento você não precisa realizá-lo. Sua participação poderá ajudar no maior conhecimento sobre as comunidades de pesca artesanal e quais suas necessidades.

Todas as informações obtidas serão sigilosas. O material com as suas informações (gravações, entrevistas, entre outras) ficará guardado em local seguro sob a responsabilidade do projeto Redes de Cidadania com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade e que será destruído após a pesquisa. A divulgação dos resultados será feita de forma a não identificar os voluntários. Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas, entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.

Conforme previsto pelas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos você não receberá nenhum tipo de compensação financeira pela sua participação neste estudo. Se você tiver algum gasto que seja devido à sua participação na pesquisa, você será ressarcido, caso solicite. Em qualquer momento, se você sofrer algum dano comprovadamente decorrente desta pesquisa, você terá direito a indenização.

Você ficará com uma via deste Termo e toda a dúvida que você tiver a respeito desta pesquisa, poderá perguntar diretamente para Viviane Mozine Rodrigues, Rua Henrique Moscoso, 368 – Praia da Costa Vila Velha – ES, 29.101-330, telefone (27) 99248-9654, e-mail vmozine@uvv.br.

Dúvidas sobre a pesquisa envolvendo princípios éticos poderão ser questionadas ao Comitê de Ética em Pesquisa da UVV localizado Prédio da Reitoria no subsolo: na Rua Comissário José Dantas de Melo, nº 21, Boa Vista, Vila Velha-ES, CEP: 29.102-770, Tel.: (27) 3421-2063, E-mail: CEP@uvv.br.

Horário de funcionamento: 2ª a 5ª 07h às 12h e das 13h às 17h e 6ª feira - 07h às 12h e das 13h às 16h. Secretária: Sirlene Gomes Neves. Reclamações e/ou insatisfações relacionadas à participação do paciente na pesquisa poderão ser comunicadas por escrito à Secretaria do CEP/UVV, desde que os reclamantes se identifiquem, sendo que o seu nome será mantido em anonimato.

Consentimento Livre e Esclarecido

Declaro que fui devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador sobre a pesquisa do Projeto Redes de Cidadania, dos procedimentos nela envolvidos, assim como dos possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isso me traga prejuízo ou penalidade.

Participante (ou Responsável): (assinatura, nome e CPF)

Pesquisador responsável: (assinatura, nome e CPF)

Pesquisador Participante (assinatura, nome e CPF)

A assinatura do voluntário não pode ser aposta em papel à parte do corpo do TCLE. O TCLE é um documento único e deve ser sempre apresentado integralmente. Nunca o presente inserido como parte de outro texto ou apenas parte do mesmo. O TCLE deve estar assinado por todos os pesquisadores. Nas pesquisas em que participantes estejam impossibilitados de escreverem assinarem o nome, é necessário ter o espaço para a aposição da digital como assinatura no TCLE.